



RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2023

MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA

PROCESSO N.º:	537918/2023
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
CNPJ:	03.579.836/0001-80
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ALTO ARAGUAIA
NÚMERO OS:	2831/2024
EQUIPE TÉCNICA:	RAQUEL JORGE SANTIAGO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	7
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	7
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2018 A 2022	8
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2018 A 2022	8
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	10
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	10
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	11
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	11
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	11
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	12
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	14
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	15
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	17
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	17
4. 1. 1. 1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN	17
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	20
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	22
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	24
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	26
5. 1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26
5. 1. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)	26
5. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)	27
5. 1. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27
5. 1. 3. 1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)	28
5. 1. 3. 2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOWC)	28
5. 1. 3. 3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	29
5. 1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	29
5. 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	31
5. 2. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	31
5. 2. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	31



5. 2. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	33
5. 2. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	33
5. 2. 1. 4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE	34
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34
6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	34
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	35
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	35
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	36
6. 2. EDUCAÇÃO	36
6. 2. 1. EMENDA CONSTITUCIONAL 119/2022 - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - EXERCÍCIOS 2020 E 2021	38
6. 2. 2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	39
6. 2. 3. POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	42
6. 3. SAÚDE	42
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	44
6. 4. 1. REGIME PREVIDENCIÁRIO	44
6. 4. 1. 1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA	44
6. 4. 1. 1. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SEGURADOS E ALÍQUOTA SUPLEMENTAR	45
6. 4. 1. 1. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	47
6. 4. 1. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	48
6. 4. 2. PESSOAL - LIMITES LRF	49
6. 4. 2. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	50
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	50
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	52
7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	56
7. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	56
7. 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS	57
8. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	58
9. PRESTAÇÃO DE CONTAS	59
9. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	59
10. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	61
11. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
12. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	63
12. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	63
12. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	64
12. 3. APÊNDICES	64
Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO	65



Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE	65
Anexo: 2 - ORÇAMENTO	67
Quadro: 2.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	67
Quadro: 2.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	70
Quadro: 2.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	77
Quadro: 2.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	80
Quadro: 2.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	83
Quadro: 2.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	84
Anexo: 3 - RECEITA	88
Quadro: 3.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita	88
Quadro: 3.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)	89
Quadro: 3.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	89
Quadro: 3.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	90
Quadro: 3.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	90
Anexo: 4 - DESPESA	91
Quadro: 4.1 - Despesa por Categoria Econômica	91
Quadro: 4.2 - Despesa por Função de Governo	92
Quadro: 4.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	94
Anexo: 5 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	97
Quadro: 5.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - 2023 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	97
Quadro: 5.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado	98
Quadro: 5.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	100
Quadro: 5.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS	108
Anexo: 6 - RESTOS A PAGAR	109
Quadro: 6.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	109
Quadro: 6.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	110
Quadro: 6.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	118
Quadro: 6.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	119
Anexo: 7 - DÍVIDA PÚBLICA	120
Quadro: 7.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	120
Quadro: 7.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	121



Quadro: 7.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	126
Quadro: 7.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	127
Quadro: 7.5 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	128
Quadro: 7.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	128
Anexo: 8 - EDUCAÇÃO	130
Quadro: 8.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	130
Quadro: 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12	130
Quadro: 8.3 - Disp de recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos para pagamento de RP MDE em 31/12	131
Quadro: 8.4 - Disp de recursos do Fundeb - Fontes 540, 541 e 542 para pagamento de RP MDE em 31/12	131
Quadro: 8.5 - Disp de recursos do Fundeb - Fonte 542 para pagamento de RP MDE em 31/12	132
Quadro: 8.6 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)	132
Quadro: 8.7 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	133
Quadro: 8.8 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	133
Quadro: 8.9 - Receita do Fundeb	134
Quadro: 8.10 - Despesa do Fundeb	135
Quadro: 8.11 - Indicadores do Fundeb	142
Quadro: 8.12 - [AUXILIAR] Cálculos - FUNDEB	143
Quadro: 8.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	143
Quadro: 8.14 - [AUXILIAR] - CANCELAMENTO RESTOS A PAGAR MDE COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	144
Anexo: 9 - SAÚDE	145
Quadro: 9.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	145
Quadro: 9.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12	145
Quadro: 9.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)	146
Quadro: 9.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	147
Quadro: 9.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/destinação de Recursos 500 e 502	148
Anexo: 10 - PESSOAL	149



Quadro: 10.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts.

18 a 22 da LRF)

Quadro: 10.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF) 149

Quadro: 10.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP 150
- STN

Quadro: 10.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado 151

Anexo: 11 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL 153

Quadro: 11.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base 153
(art. 29-A, CF)

Quadro: 11.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF) 153

Anexo: 12 - METAS FISCAIS 155

Quadro: 12.1 - Resultado Primário e Nominal 155

Anexo: 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A 156

Quadro: 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A 156
CF

Apêndice A - Despesas não consideradas da Educação

Apêndice B - Parecer Controle Interno

Apêndice C - Declaração de Veracidade



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT/TP, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais do Município de **ALTO ARAGUAIA** - exercício financeiro de **2023** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas via Sistema Aplic em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020/TCE-MT/TP.

Destaca-se ainda que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	26/10/1938
Área Geográfica	5402,308 km ²
Distância Rodoviária do Município à Capital	418 Km
População do Município - IBGE - 2022	17.193

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal



2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2018 A 2022

Ressalta-se que está disposta no Tópico 10 deste Relatório Técnico a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2021 e 2022.

Exercicio	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2018	167240/2018	102/2019	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	MOISES MACIEL	Favorável
2019	88277/2019	34/2021	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA	Favorável
2020	100650/2020	177/2021	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA	Favorável
2021	412325/2021	72/2022	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável com ressalvas
2022	89524/2022	58/2023	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras

2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2018 A 2022

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiado pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, pelo TCE durante análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados do Aplic após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

Ressalta-se ainda que o IGF-M do exercício em análise (2023) não será apresentado neste relatório devido à impossibilidade de consolidação dos cálculos antes da análise conclusiva sobre as contas de governo, podendo existir alterações nos índices nas fases de instrução e análise das manifestações de defesa. Dessa forma, o IGF-M deste exercício comporá a série histórica deste indicador apenas no exercício seguinte.



A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
4. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGF-M Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

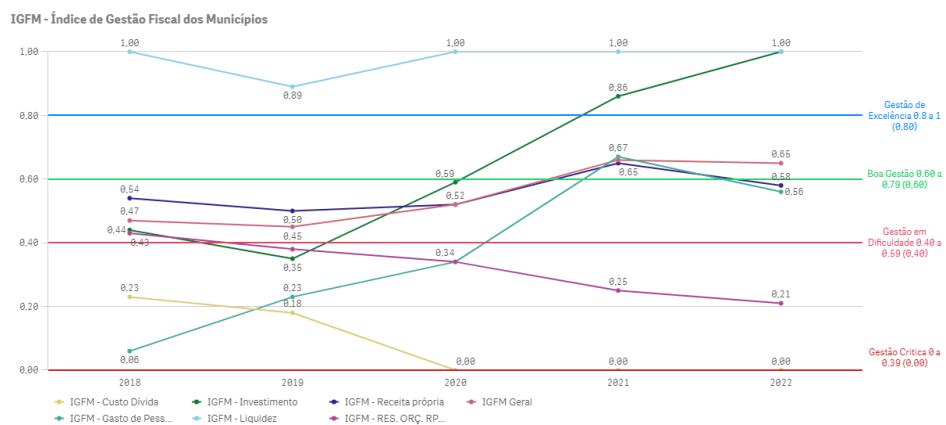
- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELENCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos de 0,61 a 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos de 0,40 a 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>.

Seguem quadro e o gráfico que apresentam o resultado histórico do IGF-M do município de **ALTO ARAGUAIA** :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2018	0,54	0,06	1,00	0,44	0,23	0,43	0,47	103
2019	0,50	0,23	0,89	0,35	0,18	0,38	0,45	126
2020	0,52	0,34	1,00	0,59	0,00	0,34	0,52	104
2021	0,65	0,67	1,00	0,86	0,00	0,25	0,66	74
2022	0,58	0,56	1,00	1,00	0,00	0,21	0,65	93

<https://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>



2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de **2023** estiveram sob gestão dos agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	ATILA REZENDE WALDSCHMIDT	01/02/2020 a 31/12/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO	01/01/2017 a 31/12/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	DIOGO DA CRUZ BANDEIRA	01/01/2022 a 01/01/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	ALBANEZ BERIGO	02/01/2023 a 31/12/2023
CAMARA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	CLEDIANE GUBIANI	02/01/2021 a 31/12/2023
CAMARA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	GILCIMAR APARECIDO MORAES SIQUEIRA	06/03/2014 a 31/12/2023

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE ALTO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

Sistema APLIC



3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT nº 16 /2021/TCE-MT/TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual-PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente a sua promulgação. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.



O PPA do Município de **ALTO ARAGUAIA** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.^o 4.307, de 29/07/2021, a qual foi protocolada sob o n.^o 824313/2021, no TCE-MT.

Em **2023**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA não foi alterado.

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **ALTO ARAGUAIA** para o exercício de **2023**, foi instituída pela Lei Municipal n.^o 4.462, de 07/12/2022, a qual foi protocolada sob o n.^o 464252/2023 no TCE-MT.

A Lei Complementar n.^o 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que *a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias* (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2022, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13^a ed., pág.264).

Entende-se por:

Dívida Consolidada Líquida: Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal: representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário o saldo da conta de juros, ou seja, a diferença entre os juros ativos e juros passivos (método acima da Linha).

Resultado Primário: Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2023 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, §1º), estabelecendo para o exercício de **2023** as seguintes metas:

a. a meta de resultado primário para o Município é de déficit de R\$ -23.243.069,86, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;

b. a meta de resultado nominal para o Município é de déficit de R\$ -22.443.069,86;



c. o montante da dívida consolidada líquida para **2023** ficou estabelecida em R\$ 0,00.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, §3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar o alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentá-los minimizando os seus efeitos.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2023 do Município as seguintes providências:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA - MT LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)			
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	100.000,00	CONTINGENCIAMENTO DE EMPENHOS DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	100.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
DEMANDAS JUDICIAIS	150.000,00	CONTINGENCIAMENTO DE EMPENHOS DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	150.000,00
FRUSTAÇÃO NA ARRECADAÇÃO	500.000,00	CONTINGENCIAMENTO DE EMPENHOS DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	500.000,00
SUBTOTAL	650.000,00	SUBTOTAL	650.000,00
TOTAL	750.000,00	TOTAL	750.000,00

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).
- 2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).
- 3) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, conforme determina o art. 48, § 1º, inc. I da LRF (Publicação Diário Oficial TCE/MT em 29/08/2022, encaminhado no sistema Aplic), verificou-se que a audiência pública para apresentação e discussão do projeto da referida lei foi realizada em 31/08/2022, nos termos do artigo 48, § 1º, I, da LRF.
- 4) Houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.
- 5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.



6) Consta da LDO o percentual máximo de 10% para a Reserva de Contingência, conforme art. 11.

3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **ALTO ARAGUAIA** para o exercício de **2023** foi publicada em conformidade com a Lei Municipal n.º 4.464, de 09/12/2022, a qual foi protocolada sob o nº 464244/2023 no TCE-MT.

A LOA/2023 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 213.404.614,00, conforme art. 1º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 144.325.919,02
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 69.078.694,91
- Orçamento de Investimento: R\$ 0,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

- 1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).
- 2) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF, conforme sistema aplic.
- 3) Houve divulgação/publicidade da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.
- 4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)



3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal nº 4.464/2022 (LOA/2023) definiu parâmetro para as alterações orçamentárias.

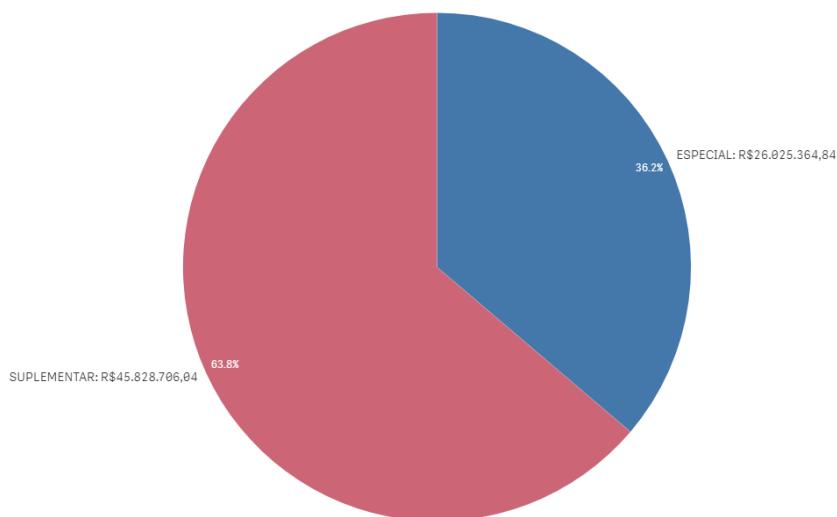
Na tabela abaixo demonstram-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 213.404.613,93	R\$ 45.828.706,04	R\$ 26.025.364,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.199.728,46	R\$ 255.058.956,35	19,51%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	21,47%	12,19%	0,00%	0,00%	14,15%	119,51%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

Créditos Adicionais do Período



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc n.º 443414/2024, pág.17) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 255.058.956,35, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as supplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.



Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2023	R\$ 213.404.613,93	R\$ 71.854.070,88	33,67%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

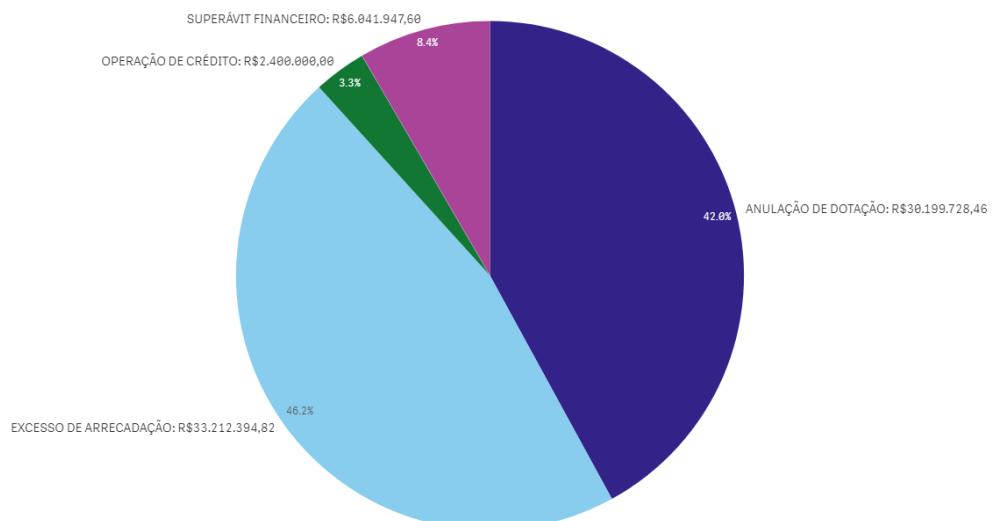
De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2023** totalizaram **33,67%** do Orçamento Inicial.

Na tabela e no gráfico a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 30.199.728,46
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 33.212.394,82
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 2.400.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 6.041.947,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 71.854.070,88

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.



A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo. (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64)
- 3) Os créditos adicionais especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, conforme estabelece o art. 167, inc. V, CF; art. 42, Lei nº 4.320/64.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2023**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 249.017.008,75**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 156.632.404,85**, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2 deste Relatório.

4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2023**, foram selecionadas as decorrentes de Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

4. 1. 1. 1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN

A STN disponibiliza no link <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>, consulta aos valores repassados pela União aos municípios como transferências constitucionais e legais.

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:



Transferências Constitucionais e Legais	STN (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 20.216.174,59	R\$ 20.216.174,59	R\$ 0,00
Transferência da LC 176/2020 (Compensação ICMS)	R\$ 1.204.830,48	R\$ 1.204.830,48	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 904.021,64	R\$ 904.021,64	R\$ 0,00
Cota-Parte CIDE	R\$ 8.376,89	R\$ 8.376,89	R\$ 0,00
IOF - Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessão Onerosa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 12.110.703,26	R\$ 12.110.703,26	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 491.377,23	R\$ 491.377,23	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 491.377,23	R\$ 491.377,23	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (Estado)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Coluna A: STN - Transferências Constitucionais - link <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>> Coluna B: Receita Arrecadada. Valores obtidos na Consulta APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2019/2023, revela **crescimento** na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 85.247.422,14	R\$ 100.111.790,91	R\$ 115.795.122,22	R\$ 125.355.617,61	R\$ 143.370.430,85



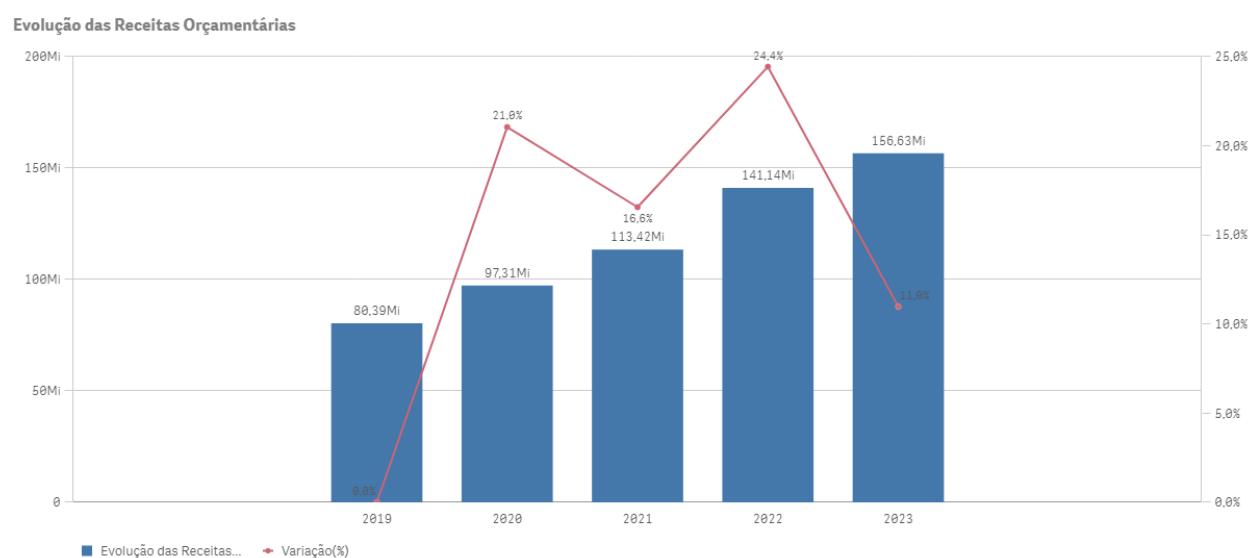
Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 8.689.686,27	R\$ 11.357.769,04	R\$ 16.015.994,26	R\$ 15.622.780,12	R\$ 19.531.606,56
Receita de Contribuição	R\$ 3.511.085,39	R\$ 3.678.311,97	R\$ 4.440.552,94	R\$ 5.164.689,05	R\$ 5.913.324,10
Receita Patrimonial	R\$ 3.463.138,73	R\$ 1.124.369,84	R\$ 678.889,09	R\$ 3.104.867,97	R\$ 1.822.133,61
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 2.265.848,18	R\$ 1.985.197,88	R\$ 2.128.325,36	R\$ 2.243.645,29	R\$ 2.349.295,30
Transferências Correntes	R\$ 66.410.735,75	R\$ 81.279.187,61	R\$ 91.856.631,85	R\$ 98.843.986,40	R\$ 112.844.630,19
Outras Receitas Correntes	R\$ 906.927,82	R\$ 686.954,57	R\$ 674.728,72	R\$ 375.648,78	R\$ 909.441,09
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 321.175,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 6.324.616,00	R\$ 24.374.163,23	R\$ 19.687.510,17
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 14.000.000,00	R\$ 2.400.000,00
Alienação de bens	R\$ 61.380,00	R\$ 0,00	R\$ 170.350,00	R\$ 52.000,00	R\$ 1.314.993,42
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 259.795,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 3.154.266,00	R\$ 10.322.163,23	R\$ 15.972.516,75
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 85.568.597,14	R\$ 101.161.790,91	R\$ 122.119.738,22	R\$ 149.729.780,84	R\$ 163.057.941,02
DEDUÇÕES	-R\$ 8.998.491,77	-R\$ 9.840.225,94	-R\$ 13.436.771,58	-R\$ 14.312.685,44	-R\$ 13.900.031,71
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 76.570.105,37	R\$ 91.321.564,97	R\$ 108.682.966,64	R\$ 135.417.095,40	R\$ 149.157.909,31
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.816.874,41	R\$ 5.985.672,44	R\$ 4.738.098,14	R\$ 5.718.486,73	R\$ 7.474.495,54
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 80.386.979,78	R\$ 97.307.237,41	R\$ 113.421.064,78	R\$ 141.135.582,13	R\$ 156.632.404,85
Receita Tributária Própria	R\$ 8.686.821,93	R\$ 11.130.811,13	R\$ 15.421.885,16	R\$ 15.277.097,09	R\$ 19.228.145,48
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	10,19%	11,11%	13,31%	12,18%	13,41%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	12,04%				



Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas transferências correntes representaram em **2023** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 112.844.630,19, o que corresponde a 75,65% do total da receita orçamentária - Exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 149.157.909,31.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:



4.1.3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **13,41%** .

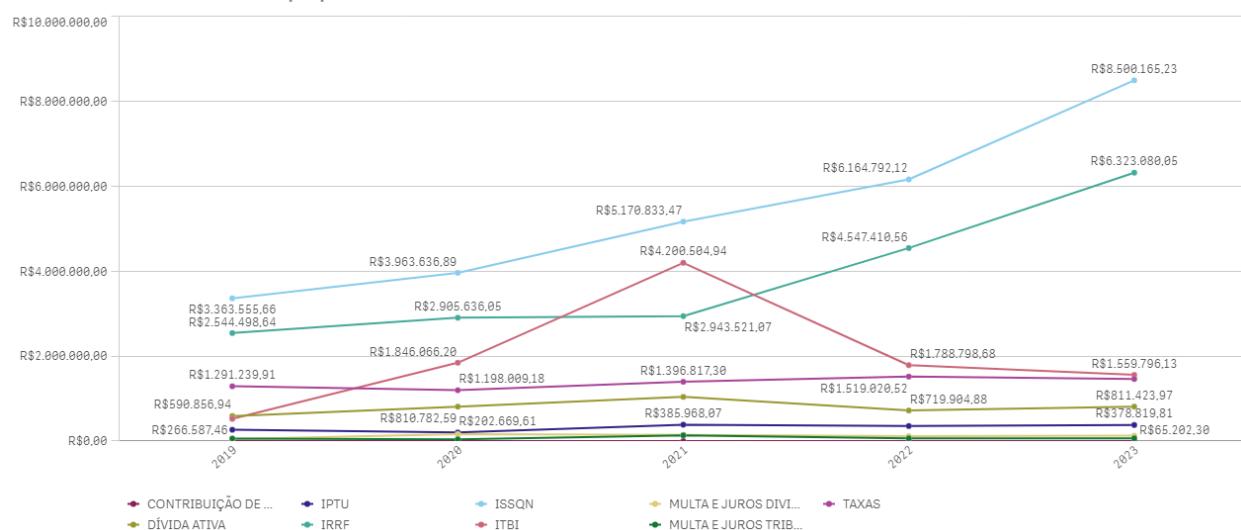
A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2019 a 2023, destacando-se, individualmente, os impostos:



Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
IPTU	R\$ 266.587,46	R\$ 202.669,61	R\$ 385.968,07	R\$ 354.108,27	R\$ 378.819,81
IRRF	R\$ 2.544.498,64	R\$ 2.905.636,05	R\$ 2.943.521,07	R\$ 4.547.410,56	R\$ 6.323.080,05
ISSQN	R\$ 3.363.555,66	R\$ 3.963.636,89	R\$ 5.170.833,47	R\$ 6.164.792,12	R\$ 8.500.165,23
ITBI	R\$ 524.589,76	R\$ 1.846.066,20	R\$ 4.200.504,94	R\$ 1.788.798,68	R\$ 1.559.796,13
TAXAS	R\$ 1.291.239,91	R\$ 1.198.009,18	R\$ 1.396.817,30	R\$ 1.519.020,52	R\$ 1.462.711,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 60.247,27	R\$ 42.614,44	R\$ 136.244,71	R\$ 64.995,53	R\$ 65.202,30
DÍVIDA ATIVA	R\$ 590.856,94	R\$ 810.782,59	R\$ 1.040.985,23	R\$ 719.904,88	R\$ 811.423,97
MULTA E JUROS DÍVIDA ATIVA	R\$ 45.246,29	R\$ 161.396,17	R\$ 147.010,37	R\$ 118.066,53	R\$ 126.946,14
TOTAL	R\$ 8.686.821,93	R\$ 11.130.811,13	R\$ 15.421.885,16	R\$ 15.277.097,09	R\$ 19.228.145,48

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

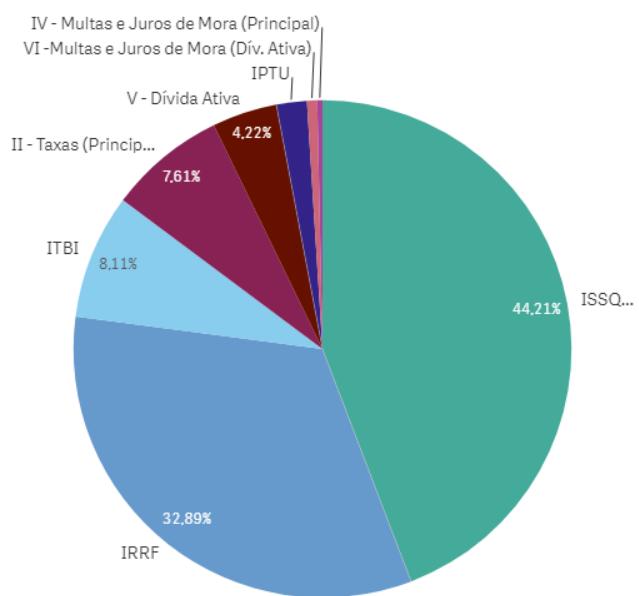
Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo



Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2023:



% Composição da Receita Tributária Própria



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser ...

4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias, as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.



Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 163.057.941,02
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 112.844.630,19
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 15.972.516,75
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 128.817.146,94
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 34.240.794,08
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	20,99%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	79,00%

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita

A autonomia financeira de **20,99%** indica que, a cada R\$ 1,00 arrecadado, o município contribuiu com R\$ 0,20 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi de **79,00%** .

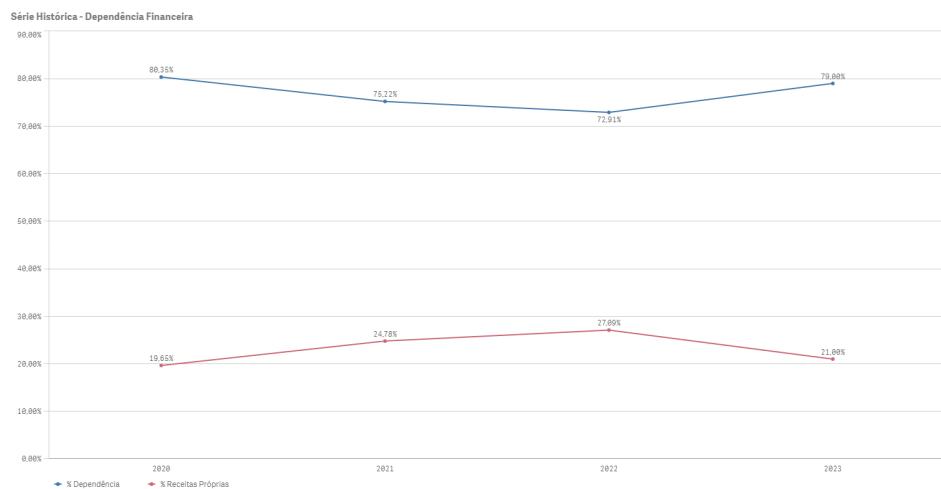
A tabela a seguir apresenta o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2023:

Dependência de Transferência				
Descrição	2020	2021	2022	2023
Percentual de Participação de Receitas Próprias	19,65%	24,78%	27,09%	20,99%
Percentual de Dependência de Transferências	80,34%	75,21%	72,90%	79,00%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira

Verifica-se no quadro acima que o índice de participação de receitas próprias no exercício de 2023 foi de 79,00% evidenciando um aumento em relação ao exercício de 2022.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:



4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2023**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 255.058.956,35**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 162.126.264,79**, liquidado **R\$ 161.805.956,83** e pago **R\$ 160.384.182,45**.

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2019/2023, revela aumento /diminuição da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas correntes	R\$ 67.955.642,11	R\$ 73.717.566,00	R\$ 83.881.995,65	R\$ 110.596.848,68	R\$ 124.927.817,29
Pessoal e encargos sociais	R\$ 41.863.364,53	R\$ 44.119.788,90	R\$ 46.946.495,97	R\$ 58.211.073,74	R\$ 62.901.579,41
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 31.177,78	R\$ 10.269,82	R\$ 50.712,86	R\$ 1.390.234,53	R\$ 2.914.560,48

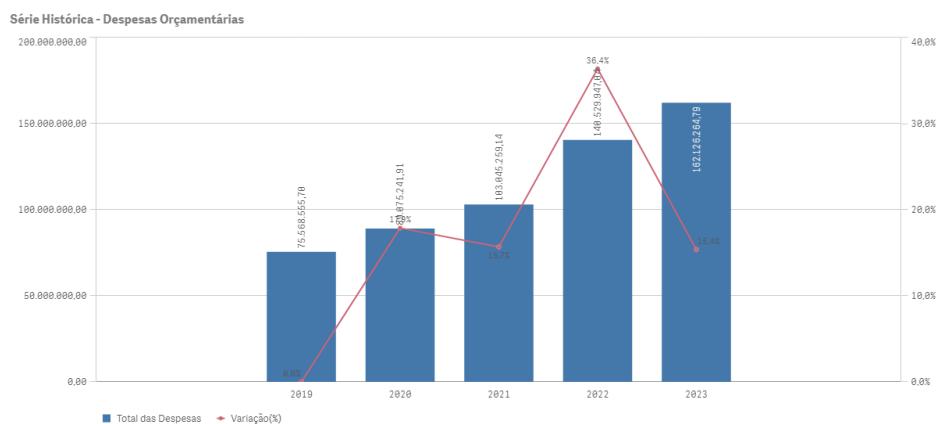


Grupo de despesas	2019	2020	2021	2022	2023
Outras despesas correntes	R\$ 26.061.099,80	R\$ 29.587.507,28	R\$ 36.884.786,82	R\$ 50.995.540,41	R\$ 59.111.677,40
Despesas de Capital	R\$ 4.096.312,95	R\$ 9.754.069,78	R\$ 15.271.972,61	R\$ 24.483.563,75	R\$ 29.903.739,53
Investimentos	R\$ 3.554.087,04	R\$ 8.632.997,01	R\$ 14.362.456,45	R\$ 24.302.736,37	R\$ 29.124.266,80
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 542.225,91	R\$ 1.121.072,77	R\$ 909.516,16	R\$ 180.827,38	R\$ 779.472,73
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 72.051.955,06	R\$ 83.471.635,78	R\$ 99.153.968,26	R\$ 135.080.412,43	R\$ 154.831.556,82
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 3.516.600,64	R\$ 5.603.606,13	R\$ 3.891.290,88	R\$ 5.449.534,61	R\$ 7.294.707,97
Total das Despesas	R\$ 75.568.555,70	R\$ 89.075.241,91	R\$ 103.045.259,14	R\$ 140.529.947,04	R\$ 162.126.264,79
Variação - %		17,87%	15,68%	36,37%	15,36%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic

Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2023 na composição da despesa orçamentária municipal foi Pessoal e encargos sociais, totalizando o valor de R\$ 62.901.579,41, o que corresponde a 40,63% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$154.831.556,82.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.



5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

5. 1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2023** do Município de **ALTO ARAGUAIA**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

5. 1. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) Quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 241.745.260,33
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 149.157.909,31
QER	B/A	0,6170

Esse resultado indica que a receita arrecadada é menor do que a prevista - déficit de arrecadação.

2) Quociente de execução da receita corrente (QERC) - Exceto Intra

A	RECEITA CORRENTE PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 225.843.629,80
B	RECEITA CORRENTE ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 143.370.430,85
QERC	B/A	0,6348

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a 63,48% do valor estimado (frustração de receitas correntes).

3) Quociente de execução da receita de capital (QRC) - Exceto Intra

A	RECEITA DE CAPITAL PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 36.408.970,53
B	RECEITA DE CAPITAL ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 19.687.510,17
QRC	B/A	0,5407

Esse resultado indica que a receita de capital arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a 54,07% do valor estimado (frustração de receitas de capital).



5. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 247.268.911,79
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 154.831.556,82
QED	B/A	0,6262

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada - economia orçamentária.

2) Quociente de execução da Despesa Corrente (QEDC) - Exceto Intra

A	DESPESA CORRENTE (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 193.813.209,19
B	DESPESA CORRENTE (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 124.927.817,29
QEDC	B/A	0,6446

Esse resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 64,46% do valor estimado.

3) Quociente de execução da Despesa de Capital - Exceto Intra (QDC)

A	DESPESA DE CAPITAL (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 52.905.753,57
B	DESPESA DE CAPITAL (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 29.903.739,53
QDC	B/A	0,5652

Esse resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 56,52% do valor estimado.

5. 1. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A partir de 2015, os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do



Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

5. 1. 3. 1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)

Este quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente Ajustada e a Despesa Empenhada Corrente Ajustada. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes (indicador maior que 1) ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária corrente (QEOCO)

C	DESPESA CORRENTE - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 1.840.233,75
A	RECEITA CORRENTE AJUSTADA	R\$ 124.825.962,30
B	DESPESA CORRENTE AJUSTADA	R\$ 121.410.857,63
QEOCO	(A+C)/B	1,0433

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi suficiente para cobrir as despesas correntes - Superávit Corrente.

5. 1. 3. 2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOMA)

Este quociente da Execução Orçamentária Capital é resultante da relação entre a Receita Realizada de Capital Ajustada e a Despesa Empenhada de Capital Ajustada. A interpretação desse quociente indica quanto da receita de capital foi utilizada para pagamento da despesa de capital. Ressalta-se que se o quociente for igual a 1, indica que a receita de capital foi igual à despesa de capital. Caso o quociente seja maior que 1, indica que houve excesso de alienação de bens e valores ou operações de créditos. Já se o quociente for menor que 1, indica que uma parte das despesas de capital foram financiadas com receitas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária de capital (QEOMA)

C	DESPESA DE CAPITAL - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 2.462.423,65
A	RECEITA DE CAPITAL AJUSTADA	R\$ 19.687.510,17
B	DESPESA DE CAPITAL AJUSTADA	R\$ 29.892.884,63
QEOMA	(A+C)/B	0,7410

Este resultado que indica que o excedente das despesas de capital foram financiadas com receitas correntes.



5. 1. 3. 3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

1) REGRA DE OURO

B	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 29.903.739,53
A	OPERAÇOES DE CRÉDITOS	R\$ 2.400.000,00
REGRA DE OURO	A/B	0,0803

As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital.

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5. 1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2019 a 2023:

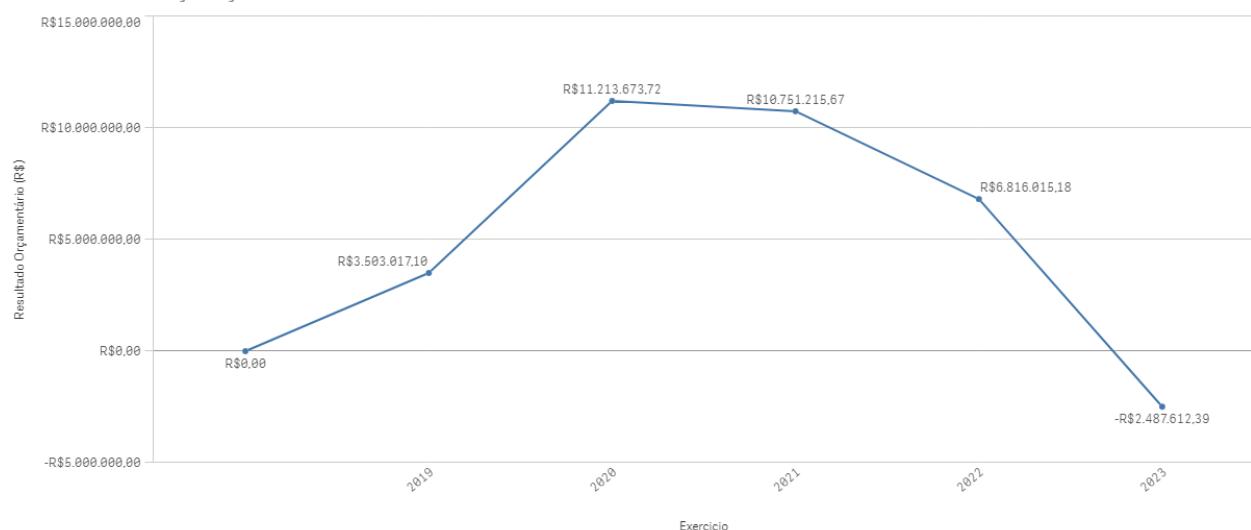
	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 70.279.708,32	R\$ 88.813.751,76	R\$ 105.117.366,23	R\$ 131.686.913,25	R\$ 144.513.472,47
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 66.776.691,22	R\$ 77.600.078,04	R\$ 96.379.650,86	R\$ 131.503.511,04	R\$ 151.303.742,26
Desp. Empenhada					



	2019	2020	2021	2022	2023
decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.013.500,30	R\$ 6.632.612,97	R\$ 4.302.657,40
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	R\$ 3.503.017,10	R\$ 11.213.673,72	R\$ 10.751.215,67	R\$ 6.816.015,18	-R\$ 2.487.612,39

Fonte: Parecer Prévio e Relatórios técnicos de Contas de Governo (exercícios anteriores) , Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) No exercício de 2021 as despesas empenhadas decorrentes dos Créditos Adicionais por Superávit Financeiro foram demonstradas de forma segregada conforme Linha C do Quadro.

Série Histórica - Execução Orçamentária



O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

A partir da análise dos quocientes da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO

B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 151.303.742,26
A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 144.513.472,47
C	DESPESA CONSOLIDADA - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 4.302.657,40
QREO	(A+C)/B	0,9836

Esse resultado indica que receita arrecadada é menor do que a despesa realizada - déficit orçamentário de execução.

Houve déficit de execução orçamentária (ou havendo, foram adotadas as providências efetivas) (arts. 169, CF e 9º, LRF). DA02.



1.1) *Déficit de execução orçamentária no valor de -R\$ 2.487.612,39 contrariado os mandamentos do Art. 167 da Constituição Federal e artigo 9º da LRF. - DA02*

De acordo com as informações no quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustada - 2023, cujo resumo se encontra no item 5.1.3.4, deste relatório, o município arrecadou o valor de R\$ 144.513.472,47 (Total Receita Ajustada) e realizou despesas no valor de R\$ 151.303.742,26 (Despesa Ajustada), resultando em um déficit de execução orçamentária no valor de -R\$ 2.487.612,39 contrariado os mandamentos do Art. 167 da Constituição Federal e artigo 9º da LRF.

Ressalta-se que o resultado da Execução Ajustado, mencionado acima, já apresenta o valor ajustado conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013.

5. 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2023** do Município de **ALTO ARAGUAIA**, com base nos demonstrativos e informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.

5. 2. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5. (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de **R\$ 1.646.349,16**, e de Restos a Pagar Não Processados de **R\$ 336.903,91**.

5. 2. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.



Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de **2023**.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“...como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2022, Secretaria do Tesouro Nacional. 13ª ed., pág. 648).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício.”

(Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41/2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24/10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).

(item 7.8 Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	DISP. BRUTA EXCETO RPPS	R\$ 13.733.096,15
B	DEMAIS OBRIGAÇÕES - EXCETO RPPS	R\$ 1.535.435,63
C	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXCETO RPPS	R\$ 1.646.349,16
D	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXCETO RPPS	R\$ 335.897,47
QDF	(A-B)/(C+D)	6,1535

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 6,1535 de disponibilidade financeira.



5. 2. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) Quociente de inscrição de restos a pagar

B	TOTAL INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO	R\$ 1.742.082,34
A	TOTAL DESPESA - EXECUÇÃO	R\$ 162.126.264,79
QIRP	B/A	0,0107

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,0107 foram inscritos em restos a pagar.

5. 2. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, I do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.1 do Anexo 6 (Dívida Pública) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF)

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 13.733.475,36
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.517.682,26
QSF	A/B	3,9041



Esse resultado indica que houve superávit financeiro no valor de R\$ 10.215.793,10, considerando todas as fontes de recursos, conforme quadro 6.1 deste relatório técnico.

5. 2. 1. 4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez Corrente (LC) é resultante da relação entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante, e demonstra o quanto o Município dispõe de recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, etc). Caso o quociente de liquidez corrente seja maior que 1, indica a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo. Já se o quociente for menor que 1, indica a existência de passivos circulantes superiores aos ativos da mesma natureza e revela restrições na capacidade de pagamento do Município dos seus compromissos de curto prazo.

1) Quociente da Liquidez Corrente - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO CIRCULANTE - EXCETO RPPS	R\$ 17.878.992,47
B	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE - EXCETO RPPS	R\$ 3.521.341,60
Liquidez Corrente	A/B	5,0773

Este resultado demonstra que o total de recursos aplicados em ativos correntes supera o total das obrigações de curto prazo.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.



A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 6.4 deste Relatório.

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente do Limite de Endividamento - QLE

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 122.276.301,60
A	DCL	R\$ 3.030.643,24
QLE	if(A<=0,0,A/B)	0,0248

Este resultado indica que a dívida consolidada líquida ao final do exercício representa 2,47% da receita corrente líquida, conforme demonstrado no Quadro 6.4 deste Relatório.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43 /2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".



O art. 7º, I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 122.276.301,60
A	TOTAL DÍVIDA CONTRATADA	R\$ 2.400.000,00
QDPC	A/B	0,0196

Este resultado indica que a dívida contratada no exercício representou 1,96% da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento, conforme Quadro 6.6 deste Relatório.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 122.276.301,60
A	TOTAL DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA	R\$ 3.694.033,21
QDDP	A/B	0,0302

Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 3,02% da receita corrente líquida, conforme Quadro 6.5 deste Relatório

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.



Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

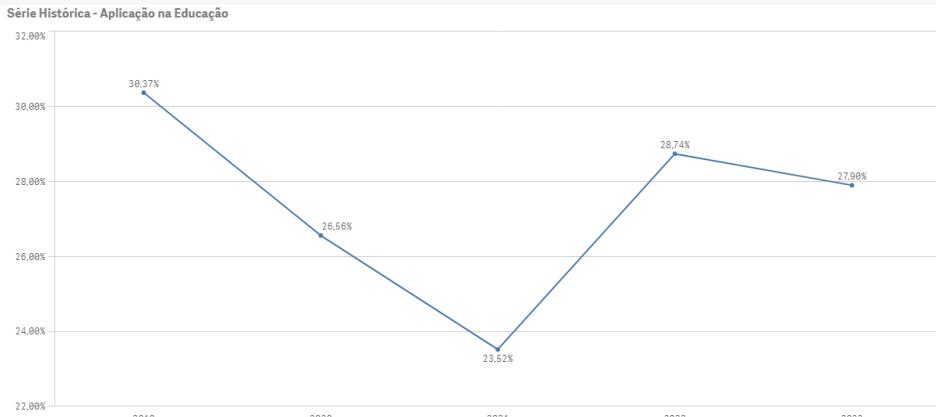
Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n. 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 3/maio/2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transscrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2019/2023, indica que a administração municipal vem cumprindo a exigência constitucional, exceto o ano de 2021, conforme se pode observar no quadro e no gráfico a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	30,37%	26,56%	23,52%	28,74%	27,90%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) EDUCAÇÃO - 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (27,90%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6. 2. 1. EMENDA CONSTITUCIONAL 119/2022 - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - EXERCÍCIOS 2020 E 2021

Destaca-se que o limite constitucional de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE para os exercícios financeiros de 2020 e 2021, caso não tenham sido cumpridos, devem ser verificados à luz da Emenda Constitucional n.º 119/2022:

Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal. Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.

Todavia, essa desoneração legal, em razão das dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, está condicionada à compensação, até o final do exercício de 2023, da diferença a menor do valor aplicado nos dois anos anteriores, de modo que a emenda trata de flexibilização da punição, mas não da obrigação constitucional.

Segue abaixo quadro resumo dos valores não aplicados nos exercícios de 2020 e 2021:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor não aplicado em MDE no Exercício de 2020 (em função do descumprimento do limite constitucional de aplicação de 25% em MDE – conforme Contas de Governo do Exercício de 2020) (A)	R\$ 0,00
Valor não aplicado em MDE no Exercício de 2021 (em função do descumprimento do limite constitucional de aplicação de 25% em MDE – conforme Contas de Governo do Exercício de 2021) (B)	R\$ 1.179.614,33



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
TOTAL NÃO APLICADO EM MDE NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021 (C= A+B)	R\$ 1.179.614,33
(-) Valor aplicado a maior em 2022 (D)	R\$ 3.158.258,62
(=) VALOR A SER APLICADO EM 2023 (ALÉM DO LIMITE MÍNIMO ANUAL) (E)	R\$ 0,00
(-) Valor aplicado a maior em 2023 (F)	R\$ 0,00
(=) VALOR NÃO APLICADO EM 2023 (G= F>=E;0;E-F)	R\$ 0,00

Relatório Contas de Governo 2022

6. 2. 2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa Emenda Constitucional, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)



Diante disso, a Lei nº 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei nº 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto nº 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei nº 14.113/2020);

b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%).

Ressalta-se que o superavit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superavit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. *Sendo apurado superavit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.*

2. *A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio nº 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo nº 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. Fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)*

Apresenta-se no quadro e no gráfico abaixo a série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2019/2023, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:



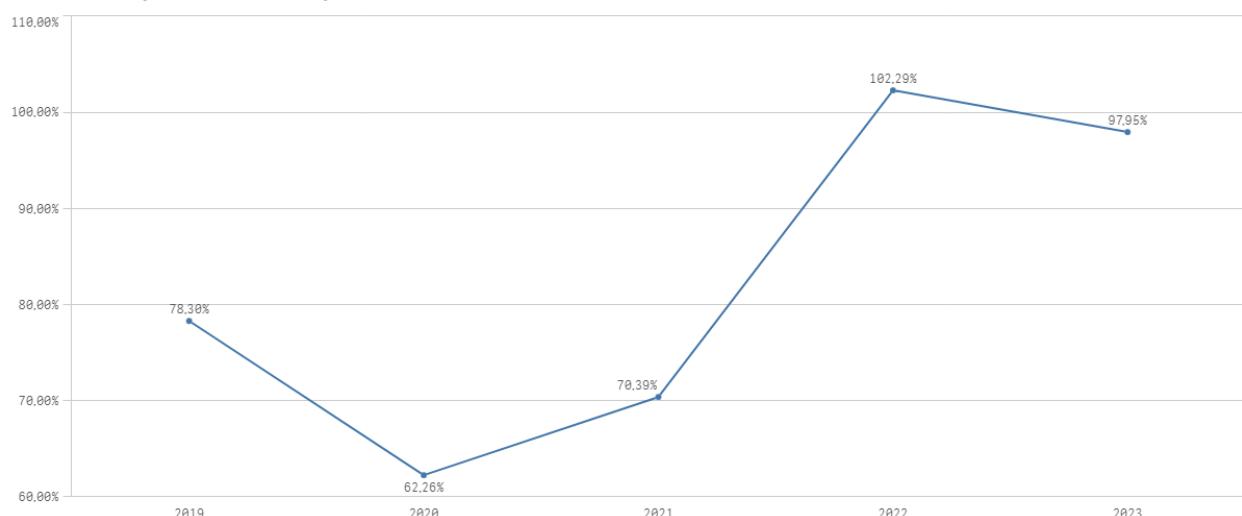
HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021

	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	78,30%	62,26%	70,39%	102,29%	97,95%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021



Nesse sentido, da análise das informações das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 70%

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (97,95%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

2) FUNDEB 50% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb/Complementação da União.

3) FUNDEB 15% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.



6. 2. 3. POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

A Lei nº 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “**Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:

1) Não foram realizadas nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei nº 14.164/2021.

No entanto, a implantação efetiva das ações serão realizadas a partir do exercício de 2024, através do marco realizado no dia 18/04/2024 na sede da Câmara Municipal de Alto Araguaia, onde foi assinado um termo de cooperação técnica para a implantação da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar, conforme documento digital nº 456939/2024.

2) Não foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996.

3) Foi realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2023, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021, conforme Documento Digital nº 456939/2024.

6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos referente ao artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.



Quanto à formação da base de cálculo para as Ações e Serviços Público de Saúde - ASPS, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

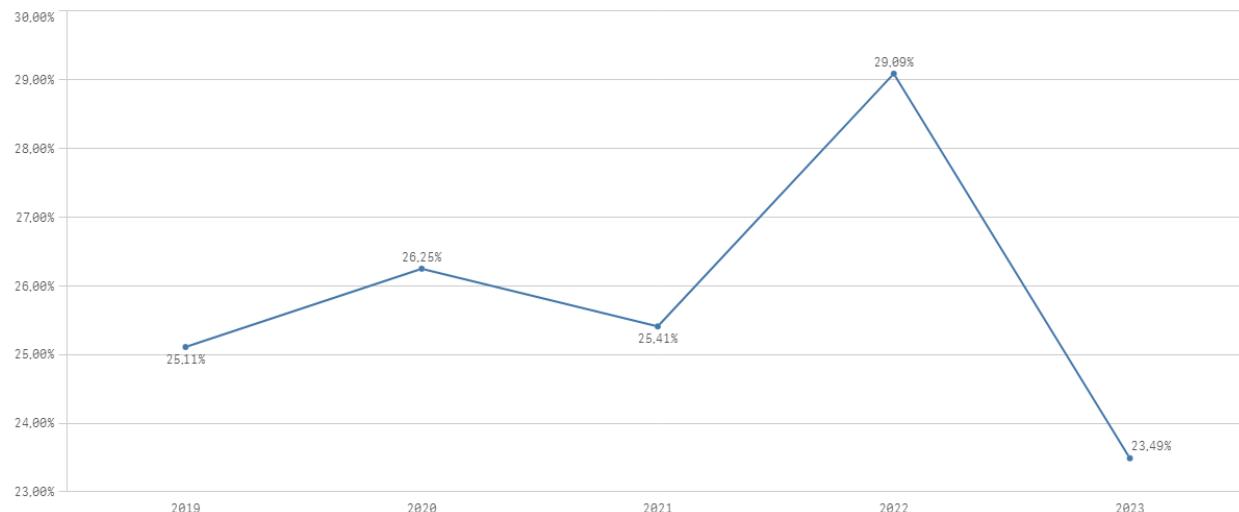
Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2019/2023, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, **superando** o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	25,11%	26,25%	25,41%	29,09%	23,49%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde
HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%



1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.



O percentual aplicado (23,49%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

O Poder Executivo totalizou **R\$ 52.756.186,11**, em **2023**, em despesas com pessoal, o que corresponde a da Receita Corrente Líquida Ajustada(**R\$ 122.276.301,60**), o que **assegura** o cumprimento do limite fixado na LRF.

6. 4. 1. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais ao regime geral (INSS).

6. 4. 1. 1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria nº 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, in verbis:

Portaria MTP nº 1.467/2022

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.



A Emenda Constitucional nº 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019](#))

Da análise da previdência social dos servidores do Município Alto Araguaia, verifica-se que esses estão vinculados ao (Previdência Municipal do Município de Alto Araguaia), não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

6. 4. 1. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SEGURADOS E ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

O *caput* do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno não informou a adimplência ou inadimplência das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2023, conforme demonstrado no Apêndice B deste Relatório Técnico.



Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice C, deste Relatório), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 21/05/2024, a adimplência de contribuições previdenciárias referente ao Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Segurado

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 299.774,98	R\$ 299.774,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 299.654,27	R\$ 299.654,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 301.177,02	R\$ 301.177,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 299.123,54	R\$ 299.123,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 298.711,77	R\$ 298.711,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 298.357,58	R\$ 298.357,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 296.351,04	R\$ 296.351,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 296.069,79	R\$ 296.069,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 295.473,40	R\$ 295.473,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 295.657,88	R\$ 295.657,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 295.676,73	R\$ 295.676,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 294.167,29	R\$ 294.167,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 310.667,20	R\$ 310.667,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.880.862,49	R\$ 3.880.862,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Patronal

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 299.775,50	R\$ 299.775,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 299.654,49	R\$ 299.654,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 301.177,20	R\$ 301.177,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 299.123,75	R\$ 299.123,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 298.711,93	R\$ 298.711,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 298.357,59	R\$ 298.357,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 296.351,44	R\$ 296.351,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 296.070,10	R\$ 296.070,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 295.473,69	R\$ 295.473,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 295.658,12	R\$ 295.658,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 295.676,96	R\$ 295.676,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 592.107,80	R\$ 592.107,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 557.917,09	R\$ 557.917,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 4.426.055,66	R\$ 4.426.055,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias



Quadro: Contribuições Previdenciárias - Alíquota Suplementar

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 237.893,63	R\$ 237.893,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 237.797,21	R\$ 237.797,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 239.005,64	R\$ 239.005,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 237.376,10	R\$ 237.376,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 237.049,26	R\$ 237.049,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 236.768,19	R\$ 236.768,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 235.176,00	R\$ 235.176,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 234.952,84	R\$ 234.952,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 234.479,38	R\$ 234.479,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 234.625,81	R\$ 234.625,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 234.640,77	R\$ 234.640,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 468.837,01	R\$ 468.837,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.068.601,84	R\$ 3.068.601,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias

1) Assim, com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados devidas ao RPPS.

2) Assim, com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais devidas ao RPPS.

6. 4. 1. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a existência de parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social.

1) Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a adimplência das parcelas do Acordo nº 00791/2018 (Lei autorizativa nº 4.044/2018) devidas pela Prefeitura Municipal ao RPPS.



6. 4. 1. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Na análise das informações extraídas em 20/05/2024, no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência (<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>), constatou-se que o Município de Alto Araguaia, por meio do CRP nº 989005-229695, encontra-se REGULAR com o Certificado de Regularidade Previdenciária, conforme demonstrado a seguir:

	<p>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SECRETARIA DE RÉGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público</p> <p>Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP</p> <p>Ente Federativo: Alto Araguaia UF: MT CNPJ Principal: 03.579.836/0001-80</p> <p>É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.</p> <p>FINALIDADE DO CERTIFICADO</p> <p>Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art. 7º da lei nº 9.717, de 1998:</p> <ul style="list-style-type: none">i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; <p>Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município</p> <p>A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.</p> <p>Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.</p> <p></p> <p>EMITIDO EM 30/01/2024 VÁLIDO ATÉ 28/07/2024</p> <p>N.º 989005 - 229695</p>
--	--

1) Foi emitido Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo MPAS ao RPPS - art. 7º, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 204/08.



6. 4. 2. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2019/2023, **mantiveram-se** abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa no quadro e gráfico a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2019	2020	2021	2022	2023
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	52,77%	50,14%	43,83%	45,85%	43,14%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	3,49%	3,01%	2,76%	3,02%	3,09%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	56,26%	53,15%	46,59%	48,87%	46,23%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF

Limite máximo Fixado - Poder Executivo





A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_LIMITE EXECUTIVO

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R 52.756.186,11, correspondente a 43,14% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6. 4. 2. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 52.756.186,11, que correspondeu a 43,14% da Receita Corrente Líquida Ajustada, **estando abaixo o Limite de Alerta (48,6%)** estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;



III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29A, CF;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de **ALTO ARAGUAIA**, com a prévia da Estimativa de População do Município - IBGE - 2022 de **17.193** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2019/2023 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2019	2020	2021	2022	2023
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,99%	6,68%	6,45%	5,81%	7,02%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal. AA05.

Dispositivo Normativo:



Art. 29-A, § 2º, inc. I, CFArt. 29-A, § 2º, inc. I, CF

1.1) *Os repasses financeiros realizados no exercício de 2024 para atender as despesas do legislativo foram superiores ao limite permitido, representando uma diferença a maior de R\$ 17.587,04. - AA05*

Os repasses financeiros realizados no exercício de 2024 para atender as despesas do legislativo, no valor de R\$ 6.017.421,92, foram superiores ao limite permitido no art. 29-A CF (R\$ 5.999.834,88), representando uma diferença a maior de R\$ 17.587,04.

Ressalta-se que conforme quadro 11.2 deste relatório, o Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o valor de R\$ 6.024.032,70, no entanto houve uma devolução de repasse no valor de R\$ 6.610,78, totalizando o repasse de R\$ 6.017.421,92, conforme informação mencionada no Parecer da Unidade do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia.

2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF), conforme sistema Aplic.

6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios



c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente



§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma "faculdade" aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os tribunais de contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2023:



Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNC (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 107.096.458,90	R\$ 85.559.922,10	R\$ 2.213.364,43	81,95%
2022	R\$ 116.761.418,90	R\$ 115.725.606,39	R\$ 320.776,90	99,38%
2023	R\$ 136.944.894,68	R\$ 132.053.303,15	R\$ 169.222,11	96,55%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos) Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica

Assim, apresenta-se a seguir os montantes das receitas e despesas correntes e da inscrição de Restos a Pagar Não processados em 31/12/2023:

1) Limite Art. 167-A CF/88

A	RECEITA CORRENTE	R\$ 136.944.894,68
B	DESPESA CORRENTE LIQUIDADA	R\$ 132.053.303,15
C	DESP CORRENTE INSCRITA EM RPNC	R\$ 169.222,11
Limite Art. 167-A CF	((B+C)/A)	0,9655

Este resultado indica que o limite não foi cumprido.

O Município de Alto Araguaia ultrapassou o limite de 95%, a relação entre despesas correntes e receitas correntes, no entanto, conforme redação do dispositivo constitucional mencionado acima, trata-se de uma “faculdade” ao Poder Executivo, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, do art. 167-A da CF.

Todavia, o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos órgãos e Poderes.

No caso específico, de acordo com a informação do Controlador Interno, Sr. Átila Rezende, o Município realizou operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no exercício de 2021 no valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para pavimentação de ruas urbanas, construção e reforma de praças e construção de casas populares. O valor ficou de ser liberado de forma parcelada de acordo com plano de trabalho, execução e pagamento das despesas.

No exercício de 2023 o município recebeu efetivamente o valor de R\$ 2.400.000,00 originados da referida operação de crédito, Apêndice B deste relatório técnico.



O controlador cita ainda que, o Município de Alto Araguaia não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária no exercício econômico e financeiro de 2023 (Doc. 69004 /2023 - fl. 06).

No entanto, é válido sugerir ao Conselheiro Relator que recomende ao Chefe do Poder Executivo que o município de Alto Araguaia verifique bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes, e a implementação dos mecanismos de ajustes fiscais, quando esse percentual ultrapassar 95%

7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. *Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2022 , Secretaria do Tesouro Nacional. - 13^a ed., pág. 64).*

7. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivos demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

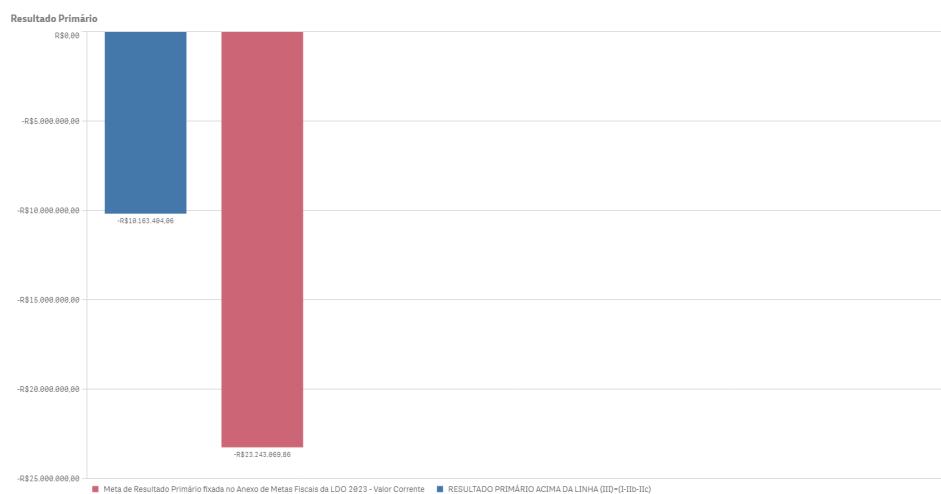
Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam que o Município não possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras, tendo que recorrer a operações de crédito para pagar suas despesas, elevando, assim, o seu nível de endividamento. Superávits primários significam que possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras e ainda para honrar os seus compromissos decorrentes de operações financeiras, tais como juros e amortizações (estoque da dívida).



A meta fixada, em valores correntes, no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de **2023** é de-R\$ 23.243.069,86 e o Resultado Primário alcançou o montante de **-R\$ 10.163.404,06**, ou seja, o valor alcançado está **acima** da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.1 - Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais (Resultado Primário e Nominal - Acima da Linha) e o gráfico a seguir:



1) Houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2023.

7. 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

O artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar do cumprimento das metas fiscais em audiência pública.

Destaca-se que a faculdade estabelecida pela LRF aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes para publicação do RGF semestralmente não se estende às audiências públicas, devendo ser realizadas audiências quadrimestrais, conforme estabelece o Boletim de Jurisprudência do TCE-MT em seu item 21.2:

“21.2) Transparéncia. Metas fiscais. Necessidade de realização de audiências públicas quadrimestrais. Divulgação de relatórios e demonstrativos (art. 63, LRF).1. A realização de audiências públicas quadrimestrais, pelo Poder Executivo, para demonstrar a avaliação do cumprimento de metas fiscais, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da LRF, deve ocorrer independentemente da opção pelo prazo semestral facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes para a divulgação dos



relatórios e demonstrativos previstos no art. 63 dessa mesma Lei.”(Item 21.2. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 145)

Apresenta-se a seguir a conclusão quanto a realização das audiências para demonstração e avaliação das metas fiscais no exercício de 2023 :

1) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF, conforme Portal de Serviços do TCE-MT (<https://www.tce.mt.gov.br/> - acesso: 22/05/2024).

8. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de transparência	Nível mínimo de Transparência	Requisito adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-



Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTP 2024 (<https://docs.google.com/document/d/1QbWhSTYF3RcGB6Q56lyCXY8OZrWC2so9/edit>)

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2023 acerca da transparência do município de Alto Araguaia cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 240/2024 – PV.

Unidade Gestora	Índice Transparência	Nível de Transparência
Prefeitura Municipal Alto Araguaia	68,18%	Intermediário

Conforme se observa, os índices revelam níveis intermediários de transparência da Prefeitura, sendo imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2023, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em www.radardatransparencia. atricon.org.br.

Dessa forma, sugere-se ao Conselheiro Relator para recomendar ao Prefeito Municipal para implementar as medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS

9. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.



As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP), ou seja, até 16 de abril do exercício seguinte.

A Resolução Normativa nº 03/2020 -TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI, determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa nº 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de **2023**. Ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.

Competência	Prazo	↑	Prazo individual	1º envio	Último envio	Situação
PPA						NÃO SE APLICA
LDO	23/01/2023			17/01/2023 19:34:05	17/01/2023 19:34:05	ENVIADO NO PRAZO
LOA				17/01/2023 19:41:32	17/01/2023 19:41:32	ENVIADO NO PRAZO
Peças de Planejame...	30/01/2023			18/01/2023 19:20:10	18/01/2023 19:20:10	ENVIADO NO PRAZO
Carga Inicial	15/03/2023			15/03/2023 09:21:42	15/03/2023 09:21:42	ENVIADO NO PRAZO
Janeiro	30/03/2023			28/03/2023 17:41:11	28/03/2023 17:41:11	ENVIADO NO PRAZO
Fevereiro	31/03/2023			31/03/2023 06:54:49	31/03/2023 06:54:49	ENVIADO NO PRAZO
Março	02/05/2023			02/05/2023 19:26:31	02/05/2023 19:26:31	ENVIADO NO PRAZO
Abril	31/05/2023			25/05/2023 15:21:48	25/05/2023 15:21:48	ENVIADO NO PRAZO
Maio	30/06/2023			27/06/2023 20:42:29	27/06/2023 20:42:29	ENVIADO NO PRAZO
Junho	31/07/2023			27/07/2023 01:28:03	27/07/2023 01:28:03	ENVIADO NO PRAZO
Julho	31/08/2023			29/08/2023 14:49:17	29/08/2023 14:49:17	ENVIADO NO PRAZO
Agosto	02/10/2023			27/09/2023 18:27:34	27/09/2023 18:27:34	ENVIADO NO PRAZO
Setembro	31/10/2023			31/10/2023 22:52:30	31/10/2023 22:52:30	ENVIADO NO PRAZO
Outubro	30/11/2023			29/11/2023 15:02:41	29/11/2023 15:02:41	ENVIADO NO PRAZO
Novembro	29/01/2024			15/01/2024 12:19:01	15/01/2024 12:19:01	ENVIADO NO PRAZO
Dezembro	27/02/2024			31/01/2024 20:48:17	01/03/2024 20:02:21	ENVIADO NO PRAZO
Encerramento	06/03/2024			06/03/2024 08:00:40	06/03/2024 08:00:40	ENVIADO NO PRAZO
Contas de Governo	16/04/2024			15/04/2024 08:44:19	23/04/2024 14:40:25	ENVIADO NO PRAZO



10. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE.

Processos		Objeto da Fiscalização	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
LEVANTAMENTO	647152/2023	LEVANTAMENTO REF AVALIACAO DE RISCOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS NOCIVOS A BOA E REGULAR EXECUCAO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE NO AMBITO DO MUNICIPIO DE ALTO ARAGUAIA.	NÃO
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	509620/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, REFERENTE AO PREGAO ELETRONICO NR 01/2022 EDITAL NR 001/2022	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	516775/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO LIMINAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES/ILEGALIDADES REFERENTE AQUISICAO E PAGAMENTO DE MAQUINARIOS REALIZADO POR MEIO DO PREGAO ELETRONICO N. 014 /2022 - REALIZADO EM 04/08/2022	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	531545/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA REFERENTE A CONVERSAO DE COMUNICADO DE IRREGULARIDADE – CHAMADO N° 147/2023, PARA ANALISE DE PROCEDIMENTO LICITATORIO EM ANDAMENTO	NÃO

Sistema Control-P

11. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2021 e 2022:



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	89524/2022	58/2023	26/09/2023	<p>I) continue adotando medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal – IGFM; II) determine ao setor competente a implementação de mecanismos para garantir que as informações geradas para seus usuários, internos ou externos, estejam coerentes com a realidade das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade e encaminhe essas mesmas informações de forma fidedigna no sistema Aplic deste Tribunal; III) verifique, bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes e, caso extrapolado, adote as providências de ajuste fiscal previstas no art. 167-A da Constituição Federal; IV) aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento, visando melhorar o resultado primário para que supere o déficit atualmente encontrado; e, V) realize as audiências públicas do 1º, 2º e 3º quadrimestres para avaliação do cumprimento das metas fiscais, até o prazo legal limite, em obediência ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como disponibilize no Portal Transparência da Prefeitura, a fim de atender ao princípio da publicidade; ressalvando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12- 2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.</p>	I- Não foi objeto de análise; II- Não foi objeto de análise; III- Recomendação não atendida, conforme item 6.6; IV- Recomendação não atendida, conforme item 7.1 e V- Recomendação atendida, conforme item 7.2.
				<p>I- abstenha-se de abrir créditos adicionais, mediante excesso de arrecadação, sem a existência de recursos excedentes e empregue adequada metodologia de cálculo capaz</p>	



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2021	412325 /2021	72/2022	13/09/2022	de avaliar, em cada fonte, mês a mês, o excesso ou não de arrecadação, assim como os riscos de arrecadação, em conformidade com as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e da Resolução de Consulta nº 26/2015; II- efetue a aplicação da diferença do mínimo constitucional exigido pelo artigo 212 da CF/88 não aplicado no exercício de 2021 na manutenção e desenvolvimento do ensino até o encerramento do exercício financeiro de 2023, nos termos da Emenda Constitucional n.º 119/2022; III- aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento; e, IV- atente-se ao registro das rubricas nos valores transferidos no ano pela Secretaria do Tesouro Nacional.	I- Recomendação não foi objeto de análise no exercício de 2023; II - Recomendação atendida, conforme item 6.2.1; III - Recomendação não atendida, conforme item 7.1; IV - Recomendação não atendida, conforme item 4.1.1.1.

Control-p

12. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

12. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por fim, sugere-se ao Relator que apresente as seguintes recomendações ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

1) verifique bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes, implementação dos mecanismos de ajustes fiscais, quando esse percentual ultrapassar 95%, de acordo com o art 167-A CF/88 (item 6.6 deste relatório);



2) implementar as medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparéncia, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

12. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **GUSTAVO DE MELO ANICEZIO**, Prefeito do Município de **ALTO ARAGUAIA - 2023**, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2023

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Os repasses financeiros realizados no exercício de 2024 para atender as despesas do legislativo foram superiores ao limite permitido, representando uma diferença a maior de R\$ 17.587,04.* - Tópico - 6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

2) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

2.1) *Déficit de execução orçamentária no valor de -R\$ 2.487.612,39 contrariado os mandamentos do Art. 167 da Constituição Federal e artigo 9º da LRF.* - Tópico - 5. 1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

12. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 4 de junho de 2024

RAQUEL JORGE SANTIAGO
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA



ANEXOS

REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA - 2023

Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO

Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	89524/2022	58/2023	26/09/2023	I) continue adotando medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal – IGFM; II) determine ao setor competente a implementação de mecanismos para garantir que as informações geradas para seus usuários, internos ou externos, estejam coerentes com a realidade das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade e encaminhe essas mesmas informações de forma fidedigna no sistema Aplic deste Tribunal; III) verifique, bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes e, caso extrapolado, adote as providências de ajuste fiscal previstas no art. 167-A da Constituição Federal; IV) aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento, visando melhorar o resultado primário para que supere o déficit atualmente encontrado; e, V) realize as audiências públicas do 1º, 2º e 3º quadrimestres para avaliação do cumprimento das metas fiscais, até o prazo legal limite, em obediência ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como disponibilize no Portal Transparência da Prefeitura, a fim de atender ao princípio da publicidade; ressalvando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados	I- Não foi objeto de análise; II- Não foi objeto de análise; III- Recomendação não atendida, conforme item 6.6; IV- Recomendação não atendida, conforme item 7.1 e V- Recomendação atendida, conforme item 7.2.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				até 31-12- 2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.	
2021	412325 /2021	72/2022	13/09/2022	I- abstenha-se de abrir créditos adicionais, mediante excesso de arrecadação, sem a existência de recursos excedentes e empregue adequada metodologia de cálculo capaz de avaliar, em cada fonte, mês a mês, o excesso ou não de arrecadação, assim como os riscos de arrecadação, em conformidade com as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e da Resolução de Consulta nº 26/2015; II- efetue a aplicação da diferença do mínimo constitucional exigido pelo artigo 212 da CF/88 não aplicado no exercício de 2021 na manutenção e desenvolvimento do ensino até o encerramento do exercício financeiro de 2023, nos termos da Emenda Constitucional nº 119/2022; III- aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento; e, IV- atente-se ao registro das rubricas nos valores transferidos no ano pela Secretaria do Tesouro Nacional.	I- Recomendação não foi objeto de análise no exercício de 2023; II - Recomendação atendida, conforme item 6.2.1; III - Recomendação não atendida, conforme item 7.1; IV - Recomendação não atendida, conforme item 4.1.1.1.

Control-p



Anexo: 2 - ORÇAMENTO

Quadro: 2.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 20.564.369,26
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 578.922,86
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 8.000,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 145.000,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 10.000,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 4.187,62
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 243.294,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.005.006,79
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 61.000,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 488.691,90
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 114.698,87
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 921.871,73
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 212.400,77
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 252.866,32
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 149.669,35
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 44.459,05
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.874,80
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 61.558,88
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 666.437,39
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 111.283,06
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 43.212,08
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123 /2022	R\$ 13.409,20
751	Recursos da Contribuição para o Custo do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 470.725,20
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 712.819,33
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.380.970,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 900.000,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 30.000,00



FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
		R\$ 30.199.728,46

FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.994.204,08
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 323.812,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 21.671.866,71
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 1.000.000,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.890.164,12
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 1.109.017,68
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 132.709,25
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 53.758,72
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 1.036.862,26
		R\$ 33.212.394,82

FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 2.400.000,00
		R\$ 2.400.000,00

FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO

600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.124.293,50
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 184.645,07
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 487.826,38
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 27.157,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 90.217,82
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 316.921,93
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 353.070,07
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 23.333,33
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 184.836,28
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 1.257.302,13
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 359.450,51
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123 /2022	R\$ 333.409,20
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 65.400,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 1.234.084,38



FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
		R\$ 6.041.947,60
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
		R\$ 71.854.070,88

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais> por Fonte/Financiamento>Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ASSESSORIA JURÍDICA	R\$ 667.780,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 667.780,00	0,00%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 6.209.754,11	R\$ 984.841,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.528.224,83	R\$ 5.666.370,46	-8,75%
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.273,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.273,41	0,00%
CONTROLADORIA	R\$ 752.440,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.000,00	R\$ 745.440,00	-0,93%
COORDENADORIA DE POLÍTICA URBANA	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	0,00%
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E ASSIST. SOCIAL	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	0,00%
COORDENADORIA DE TRABALHO, EMPREGO E DESENV. SOCIAL	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$ 4.081.920,00	R\$ 27.295,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312.382,44	R\$ 3.796.832,96	-6,98%
DIRETORIA								



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ADMINISTRATIVA	R\$ 6.000,00	R\$ 111.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117.800,00	1.863,33%
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA FROTA	R\$ 2.378.980,00	R\$ 958.970,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 334.000,00	R\$ 3.003.950,00	26,27%
DIRETORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 534.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 534.160,00	0,00%
ESCOLAS	R\$ 3.699.700,00	R\$ 1.731.936,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.024.308,35	R\$ 4.407.328,29	19,12%
F U N D E F	R\$ 18.843.694,86	R\$ 356.278,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 913.010,15	R\$ 18.286.962,77	-2,95%
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - PREVIMAR	R\$ 12.565.459,68	R\$ 930.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 930.000,00	R\$ 12.565.459,68	0,00%
FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	R\$ 7.138.928,00	R\$ 395.961,95	R\$ 53.466,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 329.675,97	R\$ 7.258.680,66	1,67%
GABINETE DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 32.039.576,43	R\$ 4.327.762,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.549.463,86	R\$ 31.817.875,36	-0,69%
GABINETE DA SECRETARIA DE PROM. E ASSIST. SOCIAL	R\$ 16.115.287,66	R\$ 212.866,32	R\$ 353.070,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.915.728,18	R\$ 14.765.495,87	-8,37%
GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 43.013.713,25	R\$ 18.157.702,99	R\$ 21.886.850,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.662.603,22	R\$ 78.395.663,11	82,25%
GABINETE DO								



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
PREFEITO	R\$ 1.917.800,00	R\$ 1.939,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 718.704,33	R\$ 1.201.034,98	-37,37%
GABINETE DO SEC. DE MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTAVEL	R\$ 711.180,00	R\$ 80.609,80	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 308.837,80	R\$ 642.952,00	-9,59%
GABINETE DO SEC. DE TURISMO E ESPORTE E LAZER	R\$ 2.490.550,00	R\$ 276.014,91	R\$ 187.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 560.906,30	R\$ 2.392.858,61	-3,92%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 7.725.920,00	R\$ 1.496.555,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 889.399,69	R\$ 8.333.075,56	7,85%
GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA	R\$ 2.965.000,00	R\$ 197.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 614.459,05	R\$ 2.547.840,95	-14,06%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS	R\$ 2.012.500,00	R\$ 368.409,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.409,20	R\$ 2.356.500,00	17,09%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E FROTAS	R\$ 132.910,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 92.910,00	-30,09%
GERENCIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	R\$ 60.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.950,00	0,00%
GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 446.800,00	R\$ 15.288,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 462.088,82	3,42%
GERENCIA DE								



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	R\$ 615.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 212.000,00	R\$ 403.300,00	-34,45%
GERENCIA DE CONTABILIDADE	R\$ 410.000,00	R\$ 274.283,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 285.000,00	R\$ 399.283,14	-2,61%
GERENCIA DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	R\$ 6.586.720,00	R\$ 500.809,20	R\$ 2.807.621,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.909.970,72	R\$ 5.985.180,10	-9,13%
GERENCIA DE SANEAMENTO	R\$ 23.316.800,91	R\$ 10.617.162,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.667.800,60	R\$ 29.266.163,00	25,51%
GERENCIA DE TESOURARIA	R\$ 5.589.200,00	R\$ 1.132.871,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 217.284,98	R\$ 6.504.786,26	16,38%
PROCURADORIA JURÍDICA	R\$ 255.480,00	R\$ 8.341,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 263.821,93	3,26%
SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 882.020,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.500,00	R\$ 900.520,00	2,09%
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 214.650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 214.650,00	0,00%
SECRETARIA DE OBRAS	R\$ 626.940,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.000,00	R\$ 585.940,00	-6,54%
SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE E LAZER	R\$ 1.501.880,00	R\$ 1.088.556,04	R\$ 539.882,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 625.695,14	R\$ 2.504.623,87	66,76%
TURISMO	R\$ 14.360,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.360,00	0,00%
	R\$ 206.593.354,90	R\$ 44.273.556,86	R\$ 26.025.364,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.623.364,81	R\$ 247.268.911,79	

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 290.245,89	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.583,65	R\$ 357.662,24	23,22%
CONTROLADORIA	R\$ 65.000,00	R\$ 11.039,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.039,26	16,98%
DIRETORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 17.596,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.596,00	0,00%
ESCOLAS	R\$ 239.300,00	R\$ 12.466,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 131.766,63	-44,93%
F U N D E F	R\$ 1.798.671,14	R\$ 222.644,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.021.315,94	12,37%
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - PREVIMAR	R\$ 40.280,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.280,00	0,00%
FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	R\$ 224.280,00	R\$ 8.567,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.480,00	R\$ 224.367,90	0,03%
GABINETE DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 500.000,00	R\$ 239.148,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.000,00	R\$ 599.148,21	19,83%
GABINETE DA SECRETARIA DE PROM. E ASSIST. SOCIAL	R\$ 190.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.000,00	0,00%
GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 1.815.730,00	R\$ 867.110,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 295.300,00	R\$ 2.387.540,97	31,49%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 120.000,00	R\$ 20.715,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.715,22	17,26%

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DO SEC. DE MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTAVEL	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	0,00%
GABINETE DO SEC. DE TURISMO E ESPORTE E LAZER	R\$ 140.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.000,00	0,00%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 320.000,00	R\$ 26.728,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 346.728,38	8,35%
GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA	R\$ 21.836,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.836,00	0,00%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E FROTAS	R\$ 170.000,00	R\$ 13.748,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183.748,35	8,08%
GERENCIA DE CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	R\$ 110.000,00	R\$ 19.116,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 129.116,40	17,37%
GERENCIA DE CONTABILIDADE	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
GERENCIA DE SANEAMENTO	R\$ 520.000,00	R\$ 42.060,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 562.060,19	8,08%
GERENCIA DE TESOURARIA	R\$ 190.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.000,00	0,00%
SECRETARIA DE INDÚSTRIA,								

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 15.900,00	R\$ 1.227,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.127,70	7,72%
SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE E LAZER	R\$ 7.420,00	R\$ 575,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.995,17	7,75%
	R\$ 6.811.259,03	R\$ 1.555.149,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 576.363,65	R\$ 7.790.044,56	
TOTAL	R\$ 213.404.613,93	R\$ 45.828.706,04	R\$ 26.025.364,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.199.728,46	R\$ 255.058.956,35	19,51%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente

Quadro: 2.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$ =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C)))
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.097.995,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 4.473,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 972,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1.607,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 12.354,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 31.559,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.828.428,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 52.398,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.104.610,66	R\$ 1.124.293,50	R\$ 19.682,84
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 57.904,45	R\$ 184.645,07	R\$ 126.740,62
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 458.374,47	R\$ 487.826,38	R\$ 29.451,91
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços			

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C))
603	Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 27.157,00	R\$ 27.157,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 845.173,15	R\$ 90.217,82	R\$ 0,00
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 553.634,48	R\$ 316.921,93	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 534.727,97	R\$ 353.070,07	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 65.461,84	R\$ 23.333,33	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 43.794,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.976.811,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 277.254,42	R\$ 184.836,28	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 1.257.302,13	R\$ 1.257.302,13	R\$ 0,00
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 2.133,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 359.473,27	R\$ 359.450,51	R\$ 0,00
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 333.409,20	R\$ 333.409,20	R\$ 0,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 1.681,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 69.769,07	R\$ 65.400,00	R\$ 0,00
	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação			

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$ =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C)))
751	Pública - COSIP	R\$ 29.394,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 4.343.523,64	R\$ 1.234.084,38	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 12.641,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 194.114,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 46.955.488,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 238.280,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 22.762,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 64.794.668,33	R\$ 6.041.947,60	R\$ 175.875,37
		R\$ 64.794.668,33	R\$ 6.041.947,60	R\$ 175.875,37

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 138.360.473,14	R\$ 79.094.768,44	-R\$ 59.265.704,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 1.236.012,97	R\$ 1.236.012,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 16.080.922,86	R\$ 12.170.639,96	-R\$ 3.910.282,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 702.120,00	R\$ 528.786,62	-R\$ 173.333,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 5.949,25	R\$ 696,54	-R\$ 5.252,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 339.626,89	R\$ 211.106,40	-R\$ 128.520,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 90.630,21	R\$ 39.527,20	-R\$ 51.103,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 739.400,00	R\$ 3.317,05	-R\$ 736.082,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 17.933.346,08	R\$ 7.542.204,82	-R\$ 10.391.141,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 671,44	R\$ 671,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -					

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
600	Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 5.544.730,59	R\$ 10.069.076,01	R\$ 4.524.345,42	R\$ 3.994.204,08	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 323.812,00	R\$ 323.812,00	R\$ 323.812,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 178.401,99	R\$ 178.401,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.680.594,66	R\$ 9.697.698,12	R\$ 8.017.103,46	R\$ 21.671.866,71	R\$ 13.654.763,25
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 1.021.263,33	R\$ 1.021.263,33	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 688.732,00	R\$ 322.759,48	-R\$ 365.972,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 138.860,00	R\$ 696.487,19	R\$ 557.627,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.140.620,00	R\$ 849.591,55	-R\$ 291.028,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.523.468,57	R\$ 10.015.270,19	R\$ 1.491.801,62	R\$ 3.890.164,12	R\$ 2.398.362,50
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 0,00	R\$ 1.020.900,38	R\$ 1.020.900,38	R\$ 1.109.017,68	R\$ 88.117,30
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 1.618.520,00	R\$ 1.246.427,76	-R\$ 372.092,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 137.797,54	R\$ 137.797,54	R\$ 132.709,25	R\$ 0,00

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 55.786,91	R\$ 55.786,91	R\$ 53.758,72	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 54.500,00	R\$ 11.911,72	-R\$ 42.588,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.208.400,00	R\$ 1.700.256,96	R\$ 491.856,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.400.000,00	-R\$ 600.000,00	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 129.400,00	R\$ 1.312.414,88	R\$ 1.183.014,88	R\$ 1.036.862,26	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.818.580,00	R\$ 2.625.885,02	-R\$ 192.694,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 11.740.019,31	R\$ 12.047.146,13	R\$ 307.126,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 865.720,37	R\$ 71.786,25	-R\$ 793.934,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 213.404.613,93	R\$ 156.632.404,85	-R\$ 56.772.209,08	R\$ 35.612.394,82	R\$ 18.541.243,05
		R\$ 213.404.613,93	R\$ 156.632.404,85	-R\$ 56.772.209,08	R\$ 35.612.394,82	R\$ 18.541.243,05

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 2.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.500.	R\$ 360.512,48	-R\$ 743.062,61
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.569.	R\$ 0,00	-R\$ 242.498,05
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.599.	R\$ 52.770,35	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.600.	R\$ 243.161,33	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.621.	R\$ 232.620,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.759.	R\$ 69.209,90	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00012/2023	.00.00.1.899.	R\$ 27.286,60	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00069/2023	.00.00.1.500.	R\$ 0,00	-R\$ 58.416,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00069/2023	.00.00.1.605.	R\$ 58.416,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00080/2023	.00.00.1.500.	R\$ 0,00	-R\$ 877.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00080/2023	.00.00.1.569.	R\$ 0,00	-R\$ 114.024,32
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00080/2023	.00.00.1.600.	R\$ 757.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00080/2023	.00.00.1.711.	R\$ 114.024,32	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	00080/2023	.00.00.1.751.	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	01005/2023	.00.00.1.500.	R\$ 60.000,00	-R\$ 1.822.607,53
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	01005/2023	.00.00.1.600.	R\$ 1.586.607,53	-R\$ 61.512,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	01005/2023	.00.00.1.711.	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	01005/2023	.00.00.1.751.	R\$ 36.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	04464/2022	01005/2023	.00.00.2.600.	R\$ 1.512,00	R\$ 0,00
				R\$ 3.919.120,51	-R\$ 3.919.120,51
				R\$ 3.919.120,51	-R\$ 3.919.120,51

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destinações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
04464/2022	00004/2023	R\$ 2.690.344,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.690.344,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00006/2023	R\$ 3.369.082,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.369.082,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00009/2023	R\$ 548.558,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 548.558,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00014/2023	R\$ 131.240,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.240,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00024/2023	R\$ 1.115.022,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.115.022,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00031/2023	R\$ 587.415,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 587.415,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00033/2023	R\$ 788.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 788.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00034/2023	R\$ 1.335.950,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.335.950,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00041/2023	R\$ 65.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00043/2023	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00045/2023	R\$ 1.053.540,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.053.540,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00048/2023	R\$ 836.645,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 836.645,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00051/2023	R\$ 90.217,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.217,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00056/2023	R\$ 1.061.509,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.061.509,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00058/2023	R\$ 248.862,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248.862,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
04464/2022	00061/2023	R\$ 1.634.094,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.634.094,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00067/2023	R\$ 1.448.490,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.448.490,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00071/2023	R\$ 650.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00072/2023	R\$ 2.677.456,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.677.456,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00075/2023	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00076/2023	R\$ 1.436.914,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.436.914,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00083/2023	R\$ 376.134,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 376.134,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00086/2023	R\$ 1.035.982,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.035.982,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00091/2023	R\$ 1.211.640,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.211.640,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00092/2023	R\$ 29.927,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.927,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00093/2023	R\$ 220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04464/2022	00096/2023	R\$ 2.009.523,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.009.523,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04473/2023	00010/2023	R\$ 1.109.017,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.109.017,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04474/2023	00015/2023	R\$ 0,00	R\$ 353.070,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 353.070,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04475/2023	00016/2023	R\$ 1.625.860,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.625.860,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04475/2023	00019/2023	R\$ 0,00	R\$ 514.983,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 514.983,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$									



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
04479/2023	00017/2023	R\$ 0,00	2.807.621,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.807.621,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04481/2023	00022/2023	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04482/2023	00023/2023	R\$ 475.967,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 475.967,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04492/2023	00035/2023	R\$ 0,00	R\$ 353.415,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.000,00	R\$ 299.415,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04493/2023	00036/2023	R\$ 0,00	R\$ 37.273,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.273,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04494/2023	00037/2023	R\$ 0,00	R\$ 23.333,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.333,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04495/2023	00038/2023	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04497/2023	00044/2023	R\$ 0,00	R\$ 187.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00	R\$ 183.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04504/2023	00057/2023	R\$ 0,00	R\$ 30.133,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.133,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04505/2023	00050/2023	R\$ 1.750.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.750.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04507/2023	00052/2023	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04508/2023	00053/2023	R\$ 1.010.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.010.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04511/2023	00055/2023	R\$ 2.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04516/2023	00062/2023	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04522/2023	00065/2023	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04523/2023	00068/2023	R\$ 1.501.104,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.501.104,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04525/2023	00070/2023	R\$ 0,00	R\$ 186.467,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.467,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04531/2023	00073/2023	R\$ 0,00	R\$ 20.071.866,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.071.866,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04537/2023	00079/2023	R\$ 1.444.204,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.204,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
04539/2023	00081/2023	R\$ 599.927,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 599.927,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04539/2023	00084/2023	R\$ 64.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04540/2023	00082/2023	R\$ 3.131.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.131.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04543/2023	00087/2023	R\$ 981.639,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 981.639,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04544/2023	00088/2023	R\$ 930.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 930.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04547/2023	00089/2023	R\$ 323.812,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 323.812,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04548/2023	00090/2023	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 45.828.706,04	R\$ 26.025.364,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.199.728,46	R\$ 33.212.394,82	R\$ 2.400.000,00	R\$ 6.041.947,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 45.828.706,04	R\$ 26.025.364,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.199.728,46	R\$ 33.212.394,82	R\$ 2.400.000,00	R\$ 6.041.947,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.



Anexo: 3 - RECEITA

Quadro: 3.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 225.843.629,80	R\$ 143.370.430,85	63,48%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 20.082.070,00	R\$ 19.531.606,56	97,25%
Receita de Contribuições	R\$ 5.322.391,26	R\$ 5.913.324,10	111,10%
Receita Patrimonial	R\$ 2.342.480,00	R\$ 1.822.133,61	77,78%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 3.260.488,40	R\$ 2.349.295,30	72,05%
Transferências Correntes	R\$ 193.730.404,14	R\$ 112.844.630,19	58,24%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.105.796,00	R\$ 909.441,09	82,24%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 36.408.970,53	R\$ 19.687.510,17	54,07%
Operações de Crédito	R\$ 5.400.000,00	R\$ 2.400.000,00	44,44%
Alienação de Bens	R\$ 1.166.262,26	R\$ 1.314.993,42	112,75%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 29.842.708,27	R\$ 15.972.516,75	53,52%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 262.252.600,33	R\$ 163.057.941,02	62,17%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 20.507.340,00	-R\$ 13.900.031,71	67,78%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 20.507.340,00	-R\$ 13.596.275,83	66,30%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	-R\$ 303.755,88	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 241.745.260,33	R\$ 149.157.909,31	61,70%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 7.271.748,42	R\$ 7.474.495,54	102,78%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 249.017.008,75	R\$ 156.632.404,85	62,90%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 3.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 205.336.289,80	R\$ 129.470.399,14	63,05%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 20.082.070,00	R\$ 19.228.145,48	95,74%
Receita de Contribuições	R\$ 5.322.391,26	R\$ 5.913.324,10	111,10%
Receita Patrimonial	R\$ 2.342.480,00	R\$ 1.822.133,61	77,78%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 3.260.488,40	R\$ 2.349.246,13	72,05%
Transferências Correntes	R\$ 173.223.064,14	R\$ 99.248.354,36	57,29%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.105.796,00	R\$ 909.195,46	82,22%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 36.408.970,53	R\$ 19.687.510,17	54,07%
Operações de Crédito	R\$ 5.400.000,00	R\$ 2.400.000,00	44,44%
Alienação de Bens	R\$ 1.166.262,26	R\$ 1.314.993,42	112,75%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 29.842.708,27	R\$ 15.972.516,75	53,52%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 7.271.748,42	R\$ 7.474.495,54	102,78%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 249.017.008,75	R\$ 156.632.404,85	62,90%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 249.017.008,75	R\$ 156.632.404,85	62,90%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 3.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 143.370.430,85
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 303.755,88
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 143.066.674,97
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 4.217.431,30
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 390.503,68
(-) Deduções da Receita para (VI) formação do FUNDEB	R\$ 13.596.275,83
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 124.862.464,16
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 36.162,56
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 124.826.301,60
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (X)	R\$ 2.550.000,00



Receitas	Total R\$
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 122.276.301,60
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XIII) = (XI-XII)	R\$ 122.276.301,60

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 3.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRÍÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 303.461,08
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 49,17
Transf. Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 245,63
TOTAL	R\$ 303.755,88

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 3.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 15.342.800,00	R\$ 16.761.861,22	87,17%
IPTU	R\$ 371.000,00	R\$ 378.819,81	1,97%
IRRF	R\$ 5.170.000,00	R\$ 6.323.080,05	32,88%
ISSQN	R\$ 5.031.800,00	R\$ 8.500.165,23	44,20%
ITBI	R\$ 4.770.000,00	R\$ 1.559.796,13	8,11%
II - Taxas (Principal)	R\$ 2.616.000,00	R\$ 1.462.711,85	7,60%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 53.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 83.610,00	R\$ 65.202,30	0,33%
V - Dívida Ativa	R\$ 1.469.690,00	R\$ 811.423,97	4,22%
VI - Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 516.970,00	R\$ 126.946,14	0,66%
TOTAL	R\$ 20.082.070,00	R\$ 19.228.145,48	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).



Anexo: 4 - DESPESA

Quadro: 4.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 193.813.209,19	R\$ 124.927.817,29	64,45%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 80.425.847,53	R\$ 62.901.579,41	78,21%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.914.560,48	97,15%
Outras Despesas Correntes	R\$ 110.387.361,66	R\$ 59.111.677,40	53,54%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 52.905.753,57	R\$ 29.903.739,53	56,52%
Investimentos	R\$ 51.958.230,06	R\$ 29.124.266,80	56,05%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 947.523,51	R\$ 779.472,73	82,26%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 549.949,03	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 247.268.911,79	R\$ 154.831.556,82	62,61%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 7.790.044,56	R\$ 7.294.707,97	93,64%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 7.790.044,56	R\$ 7.294.707,97	93,64%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 255.058.956,35	R\$ 162.126.264,79	63,56%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro

Quadro: 4.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRÍÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 6.209.754,11	R\$ 5.666.370,46	R\$ 5.666.370,46	R\$ 5.356.434,61	R\$ 5.356.434,61
04	Administração	R\$ 20.235.889,82	R\$ 20.069.051,46	R\$ 13.334.665,99	R\$ 13.333.175,09	R\$ 13.260.499,75
08	Assistência Social	R\$ 11.778.208,00	R\$ 12.187.299,11	R\$ 7.317.787,96	R\$ 7.315.688,02	R\$ 7.266.668,97
09	Previdência Municipal	R\$ 10.300.905,85	R\$ 11.200.905,85	R\$ 10.381.559,53	R\$ 10.381.559,53	R\$ 10.381.559,53
10	Saúde	R\$ 43.013.713,25	R\$ 78.395.663,11	R\$ 43.271.365,82	R\$ 43.271.337,47	R\$ 43.135.648,59
12	Educação	R\$ 54.415.571,29	R\$ 54.344.766,42	R\$ 31.554.391,06	R\$ 31.551.506,14	R\$ 31.393.485,51
13	Cultura	R\$ 1.516.240,00	R\$ 2.518.983,87	R\$ 1.444.310,73	R\$ 1.444.310,73	R\$ 1.435.310,73
15	Urbanismo	R\$ 19.243.500,91	R\$ 26.158.774,42	R\$ 19.043.651,13	R\$ 19.043.651,13	R\$ 18.997.757,86
16	Habitação	R\$ 12.019.167,66	R\$ 10.417.310,83	R\$ 4.463.309,14	R\$ 4.463.309,14	R\$ 4.463.309,14
17	Saneamento	R\$ 6.063.720,00	R\$ 3.969.996,34	R\$ 2.483.784,03	R\$ 2.483.784,03	R\$ 2.483.634,03
18	Gestão Ambiental	R\$ 200.000,00	R\$ 292.381,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	Agricultura	R\$ 2.191.280,00	R\$ 1.783.229,20	R\$ 1.085.054,51	R\$ 1.085.054,51	R\$ 1.084.504,08
22	Indústria	R\$ 21.200,00	R\$ 21.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Energia	R\$ 1.587.200,00	R\$ 2.019.925,20	R\$ 1.663.105,42	R\$ 1.663.105,42	R\$ 1.629.367,07
26	Transporte	R\$ 8.240.700,00	R\$ 8.673.110,53	R\$ 5.904.268,10	R\$ 5.904.268,10	R\$ 5.886.735,58
27	Desporto e Lazer	R\$ 2.683.950,00	R\$ 2.698.058,61	R\$ 1.348.259,39	R\$ 1.348.259,39	R\$ 1.337.695,11
28	Encargos Especiais	R\$ 5.273.120,00	R\$ 6.301.935,55	R\$ 5.869.673,55	R\$ 5.865.805,55	R\$ 5.865.805,55
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 1.599.234,01	R\$ 549.949,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 206.593.354,90	R\$ 247.268.911,79	R\$ 154.831.556,82	R\$ 154.511.248,86	R\$ 153.978.416,11
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 290.245,89	R\$ 357.662,24	R\$ 357.662,24	R\$ 357.662,24	R\$ 357.662,24

FUNÇÃO	DESCRÍÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
04	Administração	R\$ 1.588.016,00	R\$ 1.712.651,50	R\$ 1.636.620,36	R\$ 1.636.620,36	R\$ 1.387.944,47
08	Assistência Social	R\$ 431.876,00	R\$ 431.963,90	R\$ 400.548,04	R\$ 400.548,04	R\$ 338.229,17
10	Saúde	R\$ 1.815.730,00	R\$ 2.387.540,97	R\$ 2.150.410,30	R\$ 2.150.410,30	R\$ 1.825.582,99
12	Educação	R\$ 2.537.971,14	R\$ 2.752.230,78	R\$ 2.634.043,48	R\$ 2.634.043,48	R\$ 2.397.772,72
13	Cultura	R\$ 7.420,00	R\$ 7.995,17	R\$ 7.477,20	R\$ 7.477,20	R\$ 6.326,86
27	Desporto e Lazer	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 107.946,35	R\$ 107.946,35	R\$ 92.247,89
		R\$ 6.811.259,03	R\$ 7.790.044,56	R\$ 7.294.707,97	R\$ 7.294.707,97	R\$ 6.405.766,34
		R\$ 213.404.613,93	R\$ 255.058.956,35	R\$ 162.126.264,79	R\$ 161.805.956,83	R\$ 160.384.182,45

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 4.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
0050	ACESSUAS TRABALHO	R\$ 116.900,00	R\$ 99.940,00	R\$ 780,00	0,78%
0046	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	R\$ 321.814,87	R\$ 441.814,87	R\$ 244.280,75	55,29%
0020	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	R\$ 3.700.000,00	R\$ 4.764.523,51	R\$ 4.493.779,94	94,31%
0059	APOIO A CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO A CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 186.467,97	R\$ 186.144,41	99,82%
0002	APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 16.609.445,82	R\$ 16.810.295,20	R\$ 11.763.994,99	69,98%
0034	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$ 1.419.736,00	R\$ 1.442.009,41	R\$ 911.032,63	63,17%
0035	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$ 3.535.000,00	R\$ 3.457.855,75	R\$ 2.315.150,66	66,95%
0041	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$ 3.809.894,87	R\$ 4.955.104,01	R\$ 2.866.979,88	57,85%
0017	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 14.146.348,74	R\$ 20.761.014,34	R\$ 15.213.488,16	73,27%
0023	CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	R\$ 219.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0019	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	R\$ 1.111.000,00	R\$ 1.116.000,00	R\$ 1.030.249,75	92,31%
0006	CONTROLE INTERNO	R\$ 667.780,00	R\$ 667.780,00	R\$ 601.571,87	90,08%
0058	COVID 19 - PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS - COVID-19	R\$ 0,00	R\$ 441.936,39	R\$ 363.118,24	82,16%
0031	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E MELHORI	R\$ 2.108.900,00	R\$ 1.705.849,20	R\$ 1.075.244,43	63,03%
0028	DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	R\$ 1.574.720,00	R\$ 1.682.095,22	R\$ 906.357,11	53,88%
0016	ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO	R\$ 1.073.140,00	R\$ 851.891,20	R\$ 732.783,93	86,01%
0029	EVENTOS E EXPOSIÇÕES	R\$ 1.365.000,00	R\$ 2.041.342,50	R\$ 1.175.526,30	57,58%
	EXPANSÃO E				



COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
0011	MELHORIA CONTÍNUA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	R\$ 47.724.977,35	R\$ 47.755.679,84	R\$ 27.359.469,02	57,29%
0009	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA	R\$ 15.262.820,91	R\$ 22.104.831,93	R\$ 16.062.603,53	72,66%
0037	FROTA RODOVIÁRIA	R\$ 2.818.780,00	R\$ 3.466.038,82	R\$ 2.461.236,45	71,01%
0010	GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 100.000,00	R\$ 1.772,00	R\$ 0,00	0,00%
0003	GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	R\$ 3.648.720,00	R\$ 4.056.567,73	R\$ 2.255.726,06	55,60%
0005	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	R\$ 1.627.800,00	R\$ 1.335.140,60	R\$ 1.190.003,08	89,12%
0052	GESTÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 4.186.840,00	R\$ 4.119.533,33	R\$ 2.460.696,32	59,73%
0030	GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER E CULTURA	R\$ 1.356.690,00	R\$ 1.448.598,61	R\$ 639.965,85	44,17%
0040	GESTÃO DO SUS	R\$ 650.970,00	R\$ 577.184,74	R\$ 391.663,17	67,85%
0033	GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 59.000,00	R\$ 59.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0004	GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0039	HABITAÇÃO POPULAR	R\$ 12.019.167,66	R\$ 10.417.310,83	R\$ 4.463.309,14	42,84%
0018	INATIVOS E PENSIONISTAS	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 77.890,08	86,54%
0022	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 372.120,00	R\$ 331.412,04	R\$ 267.753,78	80,79%
0054	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DA GESTÃO DO SUAS	R\$ 53.212,00	R\$ 53.212,00	R\$ 0,00	0,00%
0053	ÍNDICES DE GESTÕES DESCENTRALIZADAS	R\$ 68.900,00	R\$ 88.900,00	R\$ 28.720,90	32,30%
0014	MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 1.560.000,00	R\$ 1.992.725,20	R\$ 1.663.105,42	83,45%
0008	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 24.929.060,64	R\$ 53.045.727,48	R\$ 25.905.450,99	48,83%



COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
0057	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	R\$ 100.000,00	R\$ 290.609,80	R\$ 0,00	0,00%
0027	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 11.741.139,86	R\$ 11.741.139,86	R\$ 10.381.559,53	88,42%
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 6.500.000,00	R\$ 6.024.032,70	R\$ 6.024.032,70	100,00%
0045	PROTEÇÃO A ANIMAIS	R\$ 39.980,00	R\$ 34.980,00	R\$ 9.810,08	28,04%
0048	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$ 2.144.556,00	R\$ 2.270.407,65	R\$ 1.214.164,50	53,47%
0055	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 549.160,00	R\$ 552.821,83	R\$ 424.672,75	76,81%
0049	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 26.780,00	R\$ 26.780,00	R\$ 0,00	0,00%
0021	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 159.000,00	R\$ 9.715,02	R\$ 0,00	0,00%
0012	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 6.031.920,00	R\$ 3.938.196,34	R\$ 2.483.784,03	63,06%
0024	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	R\$ 9.232.000,00	R\$ 9.309.414,20	R\$ 6.424.079,25	69,00%
0047	TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 7.239.170,21	R\$ 7.047.130,72	R\$ 5.011.891,19	71,12%
0042	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 1.293.169,00	R\$ 1.444.173,51	R\$ 1.044.193,92	72,30%
		R\$ 213.404.613,93	R\$ 255.058.956,35	R\$ 162.126.264,79	
		R\$ 213.404.613,93	R\$ 255.058.956,35	R\$ 162.126.264,79	63,56%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.



Anexo: 5 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 5.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - 2023 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas Líquidas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 129.470.399,14	R\$ 19.687.510,17	R\$ 149.157.909,31
Receitas Intraorçamentárias (b)	R\$ 7.474.495,54	R\$ 0,00	R\$ 7.474.495,54
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 136.944.894,68	R\$ 19.687.510,17	R\$ 156.632.404,85
Receitas próprias do RPPS superávitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (d)	R\$ 12.118.932,38	R\$ 0,00	R\$ 12.118.932,38
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (e)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (f) = c - d + e	R\$ 124.825.962,30	R\$ 19.687.510,17	R\$ 144.513.472,47
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas Empenhadas (exceto intraorçamentárias) (g)	R\$ 124.927.817,29	R\$ 29.903.739,53	R\$ 154.831.556,82
Despesas Empenhadas Intraorçamentárias (h)	R\$ 7.294.707,97	R\$ 0,00	R\$ 7.294.707,97
TOTAL DESPESAS (i) = g + h	R\$ 132.222.525,26	R\$ 29.903.739,53	R\$ 162.126.264,79
Despesas próprias do RPPS superávitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (j)	R\$ 10.811.667,63	R\$ 10.854,90	R\$ 10.822.522,53
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superávitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (k)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (l)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (m) = i - j + k + l	R\$ 121.410.857,63	R\$ 29.892.884,63	R\$ 151.303.742,26
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (n) = f - m	R\$ 3.415.104,67	-R\$ 10.205.374,46	-R\$ 6.790.269,79
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (o)	R\$ 1.840.233,75	R\$ 2.462.423,65	R\$ 4.302.657,40
Despesa Financiada por Superávit Financeiro - RPPS			



RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Superavitário (p)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO DA EXECUÇÃO AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (q) = n + o - p	R\$ 5.255.338,42	-R\$ 7.742.950,81	-R\$ 2.487.612,39

Relatório Contas de Governo>Anexo: Receita > Quadro: Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita Relatório Contas de Governo > Anexo: Despesa > Quadro: Despesa por Categoria Econômica APLIC > UG: Prefeitura > APLIC> UG: Prefeitura > Informes Mensais> Despesas >Despesa por órgão/unidade orçamentária

Quadro: 5.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas Líquidas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 4.644.436,84	R\$ 0,00	R\$ 4.644.436,84
Receitas Líquidas Intraorçamentárias (b)	R\$ 7.474.495,54	R\$ 0,00	R\$ 7.474.495,54
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 12.118.932,38	R\$ 0,00	R\$ 12.118.932,38
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (d)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (e) = c + d	R\$ 12.118.932,38	R\$ 0,00	R\$ 12.118.932,38
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas Empenhadas (exceto intraorçamentárias) (f)	R\$ 10.782.385,71	R\$ 10.854,90	R\$ 10.793.240,61
Despesas Empenhadas Intraorçamentárias (g)	R\$ 29.281,92	R\$ 0,00	R\$ 29.281,92
TOTAL DESPESAS (h) = f + g	R\$ 10.811.667,63	R\$ 10.854,90	R\$ 10.822.522,53
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (i)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (k) = h + i + j	R\$ 10.811.667,63	R\$ 10.854,90	R\$ 10.822.522,53
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (l) = e - k	R\$ 1.307.264,75	-R\$ 10.854,90	R\$ 1.296.409,85
Despesas empenhadas decorrentes de créditos			



RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (m)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (n) = I + m	R\$ 1.307.264,75	-R\$ 10.854,90	R\$ 1.296.409,85

APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro - Total da Receita Realizada. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa por órgão/unidade orçamentária. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro - Total Empenhado.

Quadro: 5.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS										
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 79.094.768,44	R\$ 0,00	R\$ 81.375.154,53	R\$ 0,00	-R\$ 2.280.386,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.280.386,09	R\$ 23.449,83
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 1.236.012,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.236.012,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.236.012,97	R\$ 42.908,22
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 12.170.639,96	R\$ 0,00	R\$ 12.200.952,27	R\$ 0,00	-R\$ 30.312,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 30.312,31	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 528.786,62	R\$ 0,00	R\$ 555.923,52	R\$ 0,00	-R\$ 27.136,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 27.136,90	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 696,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 696,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 696,54	R\$ 1.668,84
	Transferências de Recursos do FNDE									



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
552	referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 211.106,40	R\$ 0,00	R\$ 214.458,34	R\$ 0,00	-R\$ 3.351,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.351,94	R\$ 112,57
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 39.527,20	R\$ 0,00	R\$ 49.462,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.934,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.934,80	R\$ 2.419,93
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 3.317,05	R\$ 0,00	R\$ 4.187,62	R\$ 0,00	-R\$ 870,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 870,57	R\$ 30.688,55
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 7.542.204,82	R\$ 0,00	R\$ 6.794.678,28	R\$ 0,00	R\$ 747.526,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 747.526,54	R\$ 3.577.825,66
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 671,44	R\$ 0,00	R\$ 52.770,35	R\$ 0,00	-R\$ 52.098,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 52.098,91	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do									

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
600	SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 10.069.076,01	R\$ 0,00	R\$ 10.495.936,30	R\$ 0,00	-R\$ 426.860,29	R\$ 117.194,36	R\$ 0,00	-R\$ 309.665,93	R\$ 389.252,14
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 323.812,00	R\$ 0,00	R\$ 335.348,00	R\$ 0,00	-R\$ 11.536,00	R\$ 30.548,00	R\$ 0,00	R\$ 19.012,00	R\$ 46.368,43
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 477.691,90	R\$ 0,00	-R\$ 477.691,90	R\$ 477.691,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.157,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 178.401,99	R\$ 0,00	R\$ 173.107,63	R\$ 0,00	R\$ 5.294,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.294,36	R\$ 5.294,36
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 9.697.698,12	R\$ 0,00	R\$ 9.866.619,19	R\$ 0,00	-R\$ 168.921,07	R\$ 90.217,32	R\$ 0,00	-R\$ 78.703,75	R\$ 737.194,34
	Outros Recursos									



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
659	Vinculados à Saúde	R\$ 1.021.263,33	R\$ 0,00	R\$ 1.524.495,69	R\$ 0,00	-R\$ 503.232,36	R\$ 316.921,93	R\$ 0,00	-R\$ 186.310,43	R\$ 32.590,22
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 322.759,48	R\$ 0,00	R\$ 520.245,93	R\$ 0,00	-R\$ 197.486,45	R\$ 307.334,74	R\$ 0,00	R\$ 109.848,29	R\$ 343.806,79
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 696.487,19	R\$ 0,00	R\$ 133.266,02	R\$ 0,00	R\$ 563.221,17	R\$ 24.099,93	R\$ 0,00	R\$ 587.321,10	R\$ 628.683,01
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 849.591,55	R\$ 0,00	R\$ 871.459,05	R\$ 0,00	-R\$ 21.867,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.867,50	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 10.015.270,19	R\$ 0,00	R\$ 9.175.328,10	R\$ 0,00	R\$ 839.942,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 839.942,09	R\$ 3.816.566,57
	Outras Transferências de Convênios ou									

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
702	Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 1.020.900,38	R\$ 0,00	R\$ 1.201.435,82	R\$ 0,00	-R\$ 180.535,44	R\$ 184.836,28	R\$ 0,00	R\$ 4.300,84	R\$ 96.718,98
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.257.301,75	R\$ 0,00	-R\$ 1.257.301,75	R\$ 1.257.301,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.158,37	R\$ 0,00	-R\$ 61.158,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 61.158,37	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 1.246.427,76	R\$ 0,00	R\$ 1.238.859,73	R\$ 0,00	R\$ 7.568,03	R\$ 359.450,51	R\$ 0,00	R\$ 367.018,54	R\$ 234.716,51
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 137.797,54	R\$ 0,00	R\$ 132.463,68	R\$ 0,00	R\$ 5.333,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.333,86	R\$ 5.333,86



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 55.786,91	R\$ 0,00	R\$ 53.680,73	R\$ 0,00	R\$ 2.106,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.106,18	R\$ 2.106,18
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 333.409,19	R\$ 0,00	-R\$ 333.409,19	R\$ 333.409,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 11.911,72	R\$ 0,00	R\$ 66.382,96	R\$ 0,00	-R\$ 54.471,24	R\$ 65.382,96	R\$ 0,00	R\$ 10.911,72	R\$ 15.297,83
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.700.256,96	R\$ 0,00	R\$ 1.538.154,98	R\$ 0,00	R\$ 162.101,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 162.101,98	R\$ 89.810,97
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 2.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.687.401,84	R\$ 0,00	-R\$ 4.287.401,84	R\$ 738.268,53	R\$ 0,00	-R\$ 3.549.133,31	R\$ 56.122,46
	Recursos de Alienação									



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
755	de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 1.312.414,88	R\$ 0,00	R\$ 1.026.862,26	R\$ 0,00	R\$ 285.552,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 285.552,62	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.625.885,02	R\$ 0,00	R\$ 2.858.259,63	R\$ 0,00	-R\$ 232.374,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 232.374,61	R\$ 9.699,85
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 12.047.146,13	R\$ 0,00	R\$ 10.381.559,53	R\$ 0,00	R\$ 1.665.586,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.665.586,60	R\$ 49.123.068,78
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 71.786,25	R\$ 0,00	R\$ 440.963,00	R\$ 0,00	-R\$ 369.176,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 369.176,75	R\$ 436.495,89
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.286,60	R\$ 0,00	-R\$ 27.286,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 27.286,60	R\$ 0,00
		R\$ 156.632.404,85	R\$ 0,00	R\$ 162.126.264,79	R\$ 0,00	-R\$ 5.493.859,94	R\$ 4.302.657,40	R\$ 0,00	-R\$ 1.191.202,54	R\$ 59.775.357,77
>>>>	>>>>	R\$ 156.632.404,85	R\$ 0,00	R\$ 162.126.264,79	R\$ 0,00	-R\$ 5.493.859,94	R\$ 4.302.657,40	R\$ 0,00	-R\$ 1.191.202,54	R\$ 59.775.357,77

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 5.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária (a)	Despesa Orçamentária (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (e) = c + d	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (f)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS							
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 12.047.146,13	R\$ 10.381.559,53	R\$ 1.665.586,60	R\$ 0,00	R\$ 1.665.586,60	R\$ 49.123.068,78
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 71.786,25	R\$ 440.963,00	-R\$ 369.176,75	R\$ 0,00	-R\$ 369.176,75	R\$ 436.495,89
		R\$ 12.118.932,38	R\$ 10.822.522,53	R\$ 1.296.409,85	R\$ 0,00	R\$ 1.296.409,85	R\$ 49.559.564,67
>>>>	>>>>	R\$ 12.118.932,38	R\$ 10.822.522,53	R\$ 1.296.409,85	R\$ 0,00	R\$ 1.296.409,85	R\$ 49.559.564,67

APLIC > UG: RPPS> Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro



Anexo: 6 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 6.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2022	R\$ 4.937.655,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.691.510,62	R\$ 229.549,26	R\$ 16.595,95
2023	R\$ 0,00	R\$ 320.307,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 320.307,96
	R\$ 4.937.655,83	R\$ 320.307,96	R\$ 0,00	R\$ 4.691.510,62	R\$ 229.549,26	R\$ 336.903,91
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2019	R\$ 3.353,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.059,00	R\$ 294,75
2020	R\$ 33.942,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.473,23	R\$ 12.469,27
2021	R\$ 680.093,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 474.012,90	R\$ 59.241,43	R\$ 146.839,09
2022	R\$ 3.204.130,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.977.932,68	R\$ 161.226,46	R\$ 64.971,67
2023	R\$ 0,00	R\$ 1.421.774,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.421.774,38
	R\$ 3.921.520,48	R\$ 1.421.774,38	R\$ 0,00	R\$ 3.451.945,58	R\$ 245.000,12	R\$ 1.646.349,16
TOTAL	R\$ 8.859.176,31	R\$ 1.742.082,34	R\$ 0,00	R\$ 8.143.456,20	R\$ 474.549,38	R\$ 1.983.253,07

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente

Quadro: 6.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.432.709,64	R\$ 216.277,83	R\$ 1.131.817,81	R\$ 15.354,51	R\$ 1.042.780,68	R\$ 0,00	R\$ 26.478,81	R\$ 3.504,18	R\$ 22.974,63
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 42.908,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.908,22	R\$ 0,00	R\$ 42.908,22
	R\$ 2.475.617,86	R\$ 216.277,83	R\$ 1.131.817,81	R\$ 15.354,51	R\$ 1.042.780,68	R\$ 0,00	R\$ 69.387,03	R\$ 3.504,18	R\$ 65.882,85
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 426.174,31	R\$ 5.458,35	R\$ 177.404,17	R\$ 0,00	R\$ 243.215,80	R\$ 0,00	R\$ 95,99	R\$ 0,00	R\$ 95,99
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 11.054,89	R\$ 0,00	R\$ 9.284,52	R\$ 0,00	R\$ 1.770,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551 - Transferências de Recursos do FNDE									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 1.668,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.668,84	R\$ 0,00	R\$ 1.668,84
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 112,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112,57	R\$ 0,00	R\$ 112,57
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 2.588,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 168,28	R\$ 0,00	R\$ 2.419,93	R\$ 0,00	R\$ 2.419,93
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 30.688,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.688,55	R\$ 0,00	R\$ 30.688,55
571 - Transferências do Estado referentes a									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.632.172,16	R\$ 0,00	R\$ 25.991,48	R\$ 0,00	R\$ 28.355,02	R\$ 0,00	R\$ 3.577.825,66	R\$ 0,00	R\$ 3.577.825,66
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 45,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 513.543,47	R\$ 0,00	R\$ 3.802,70	R\$ 555,00	R\$ 119.933,63	R\$ 0,00	R\$ 389.252,14	R\$ 0,00	R\$ 389.252,14
601 - Transferências Fundo a Fundo de									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 50.026,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.657,60	R\$ 0,00	R\$ 46.368,43	R\$ 0,00	R\$ 46.368,43
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 27.157,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.157,00	R\$ 0,00	R\$ 27.157,00
605 - Assistência financeira da União destinada à									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício (I)) = G - H
complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 5.294,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.294,36	R\$ 0,00	R\$ 5.294,36
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 744.744,34	R\$ 0,00	R\$ 7.550,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 737.194,34	R\$ 0,00	R\$ 737.194,34
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 32.590,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.590,22	R\$ 0,00	R\$ 32.590,22
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 348.497,32	R\$ 2.838,60	R\$ 483,00	R\$ 0,00	R\$ 1.368,93	R\$ 0,00	R\$ 343.806,79	R\$ 0,00	R\$ 343.806,79
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 641.379,94	R\$ 0,00	R\$ 10.597,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 630.782,94	R\$ 2.099,93	R\$ 628.683,01

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.853.637,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.071,40	R\$ 0,00	R\$ 3.816.566,57	R\$ 0,00	R\$ 3.816.566,57
702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	R\$ 96.718,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.718,98	R\$ 0,00	R\$ 96.718,98
711 - Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 237.668,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 237.668,27	R\$ 2.951,76	R\$ 234.716,51
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 11.723,86	R\$ 0,00	R\$ 6.390,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.333,86	R\$ 0,00	R\$ 5.333,86
716 -									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 4.716,18	R\$ 0,00	R\$ 2.610,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.106,18	R\$ 0,00	R\$ 2.106,18
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 16.214,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.214,07	R\$ 916,24	R\$ 15.297,83
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 123.074,97	R\$ 0,00	R\$ 33.264,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89.810,97	R\$ 0,00	R\$ 89.810,97
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 56.122,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.122,46	R\$ 0,00	R\$ 56.122,46
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 28.165,25	R\$ 0,00	R\$ 12.579,70	R\$ 0,00	R\$ 5.885,70	R\$ 0,00	R\$ 9.699,85	R\$ 0,00	R\$ 9.699,85
	R\$ 10.895.779,98	R\$ 8.296,95	R\$ 289.956,57	R\$ 555,00	R\$ 441.472,49	R\$ 0,00	R\$ 10.155.498,97	R\$ 5.967,93	R\$ 10.149.531,04
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 51.182,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.182,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 51.182,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.182,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 13.422.580,30	R\$ 224.574,78	R\$ 1.421.774,38	R\$ 15.909,51	R\$ 1.535.435,63	R\$ 0,00	R\$ 10.224.886,00	R\$ 9.472,11	R\$ 10.215.413,89

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF – Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).

Quadro: 6.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.183.342,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106,44	R\$ 111,77	R\$ 0,00	R\$ 1.183.124,33	R\$ 0,00	R\$ 1.183.124,33
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 437.704,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 308,18	R\$ 0,00	R\$ 437.395,89	R\$ 900,00	R\$ 436.495,89
TOTAL	R\$ 1.621.046,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106,44	R\$ 419,95	R\$ 0,00	R\$ 1.620.520,22	R\$ 900,00	R\$ 1.619.620,22
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 1.621.046,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106,44	R\$ 419,95	R\$ 0,00	R\$ 1.620.520,22	R\$ 900,00	R\$ 1.619.620,22

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF – Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.

Quadro: 6.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 580,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 309.935,85	R\$ 309.935,85	R\$ 0,00
	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 580,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 309.935,85	R\$ 309.935,85	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 580,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 309.935,85	R\$ 309.935,85	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF – Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



Anexo: 7 - DÍVIDA PÚBLICA

Quadro: 7.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRÍÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 13.422.959,51	R\$ 310.515,85	R\$ 13.733.475,36
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 3.207.166,41	R\$ 310.515,85	R\$ 3.517.682,26
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 10.215.793,10	R\$ 0,00	R\$ 10.215.793,10

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS

Quadro: 7.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.433.184,84	R\$ 2.409.735,01	R\$ 23.449,83	R\$ 310.515,85	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 42.908,22	R\$ 0,00	R\$ 42.908,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 426.078,32	R\$ 426.078,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 11.054,89	R\$ 11.054,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 1.668,84	R\$ 0,00	R\$ 1.668,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 112,57	R\$ 0,00	R\$ 112,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 2.588,21	R\$ 168,28	R\$ 2.419,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



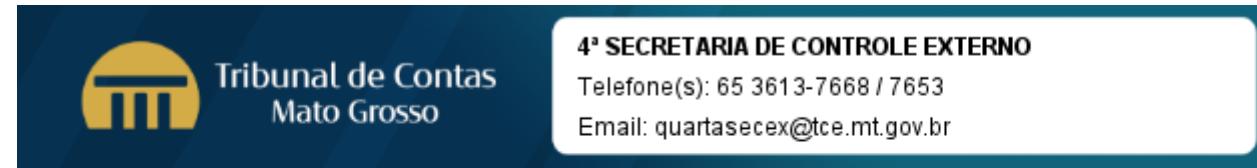
Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 30.688,55	R\$ 0,00	R\$ 30.688,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.632.172,16	R\$ 54.346,50	R\$ 3.577.825,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 45,76	R\$ 45,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 513.543,47	R\$ 124.291,33	R\$ 389.252,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 50.026,03	R\$ 3.657,60	R\$ 46.368,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao	R\$ 27.157,00	R\$ 0,00	R\$ 27.157,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.						
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 5.294,36	R\$ 0,00	R\$ 5.294,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 744.744,34	R\$ 7.550,00	R\$ 737.194,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 32.590,22	R\$ 0,00	R\$ 32.590,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 348.497,32	R\$ 4.690,53	R\$ 343.806,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 641.379,94	R\$ 12.696,93	R\$ 628.683,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.853.637,97	R\$ 37.071,40	R\$ 3.816.566,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres						



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
dos Municípios	R\$ 96.718,98	R\$ 0,00	R\$ 96.718,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartções de Receitas	R\$ 237.668,27	R\$ 2.951,76	R\$ 234.716,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 11.723,86	R\$ 6.390,00	R\$ 5.333,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 4.716,18	R\$ 2.610,00	R\$ 2.106,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 16.214,07	R\$ 916,24	R\$ 15.297,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 123.074,97	R\$ 33.264,00	R\$ 89.810,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 56.122,46	R\$ 0,00	R\$ 56.122,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 28.165,25	R\$ 18.465,40	R\$ 9.699,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 51.182,46	R\$ 51.182,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 13.422.959,51	R\$ 3.207.166,41	R\$ 10.215.793,10	R\$ 310.515,85	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
TOTAL	R\$ 13.422.959,51	R\$ 3.207.166,41	R\$ 10.215.793,10	R\$ 310.515,85	R\$ 310.515,85	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes – Acumulado até o mês de dezembro.

Quadro: 7.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 49.123.286,99	R\$ 218,21	R\$ 49.123.068,78
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 437.704,07	R\$ 1.208,18	R\$ 436.495,89
	R\$ 49.560.991,06	R\$ 1.426,39	R\$ 49.559.564,67
TOTAL	R\$ 49.560.991,06	R\$ 1.426,39	R\$ 49.559.564,67

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes



Quadro: 7.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 14.470.896,23
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 14.452.587,30
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 14.452.587,30
2.3.1. Internos	R\$ 14.452.587,30
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 0,00
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 0,00
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Postiores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 18.308,93
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 11.440.252,99
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 11.440.252,99
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 13.733.096,15
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 757.407,53
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.535.435,63
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	R\$ 3.030.643,24
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 122.276.301,60
% da DC sobre a RCL Ajustada	11,83%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	2,47%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 146.731.561,92
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 854.235,86
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 201.475.360,90
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 335.897,47
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00



APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)

Quadro: 7.5 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRÍÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 779.472,73
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.914.560,48
TOTAL	R\$ 3.694.033,21
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 122.276.301,60
% do Dispêndios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11, 5% RCL>	3,02%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro: 7.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 2.400.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento	R\$ 0,00
Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 2.400.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 122.276.301,60
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 2.400.000,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI)=V / III x 100	1,96%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 19.564.208,25
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90%x16% RCL>	R\$ 17.607.787,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 73.365.780,96

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada



4^a SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br



Anexo: 8 - EDUCAÇÃO

Quadro: 8.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 17.674.515,38
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 378.819,81
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.559.796,13
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 8.500.165,23
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 6.323.080,05
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 55.577,13
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 747.611,92
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 109.465,11
Transferências (II)	R\$ 70.323.793,91
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 23.745.087,45
Cota - Parte FPM - (Art. 159, I, "d", "e", "f", da CF/88)	R\$ 975.899,43
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 40.487.772,04
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 177.857,63
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.130.026,88
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 2.262.134,27
Cota - Parte IOF s/ Ouro - Imposto sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 1.545.016,21
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 87.998.309,29
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 21.999.577,32

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 500, 502 e 718 (A).	R\$ 2.786.133,71
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 500, 502 e 718 (B)	R\$ 216.277,83
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 500, 502 e 718 (C)	R\$ 1.131.817,81
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 500, 502 e 718 (D)	R\$ 15.934,51
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função diferente de 12 (E)	R\$ 310.555,11
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 500, 502 e 718 (H)	R\$ 1.042.780,68
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do	



DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
exercício. Fontes 500, 502 e 718 e Função 12 (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 68.767,77
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 2.884,92
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 500, 502 e 718. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.3 - Disp de recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 540, 541, 542 e 543. (A).	R\$ 426.174,31
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541, 542 e 543 (B)	R\$ 5.458,35
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543 (C)	R\$ 177.404,17
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541, 542 e 543. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 540, 541, 542 e 543. (H)	R\$ 243.215,80
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 95,99
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 540, 541, 542 e 543. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.4 - Disp de recursos do Fundeb - Fontes 540, 541 e 542 para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 540, 541 e 542. (A).	R\$ 426.174,31
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541 e 542 (B)	R\$ 5.458,35
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 540, 541 e 542 (C)	R\$ 177.404,17
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541 e 542. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00



DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 540, 541 e 542. (H)	R\$ 243.215,80
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fontes 540, 541 e 542. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 95,99
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 540, 541 e 542. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.5 - Disp de recursos do Fundeb - Fonte 542 para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fonte 542. (A).	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 542 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 542 (C)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 542. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 542. (H)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 542. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fonte 542. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.6 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de 500.1001, 502.1001 e 718.1001 Função: 12. Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 Função: 28 Subfunção: 843 e 844 (A)	R\$ 11.563.601,52
Restos a Pagar Não Processados de MDE, inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 500, 502 e 718 (Conforme quadro 7.2) (B)	R\$ 0,00
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica). (C)	R\$ 0,00
Despesa Bruta da MDE (D) = (A-B+C)	R\$ 11.563.601,52
Recursos Destinados ao FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (E)	R\$ 13.596.275,83



DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% (F)	R\$ 0,00
VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (G)	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 540 Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 (H)	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 500, 502 e 718 Função 12. Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 (I)	R\$ 30.242,63
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (J)	R\$ 571.260,29
Total dos recursos aplicados na MDE (K) = (D+E+F+G+H+I+J)	R\$ 24.558.374,43
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (L)	R\$ 87.998.309,29
Percentual aplicado na MDE (M) = (K/L) %	27,90%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (N)	25 %
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (O) = (M-N)	2,90%
Situação (P)	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 8.7 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
Apêndice A				R\$ 571.260,29

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

Quadro: 8.8 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



Quadro: 8.9 - Receita do Fundeb

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Fundeb - Principal (1.7.5.1.50.0) Fonte 1.540 (A)	R\$ 12.110.703,26
Fundeb - Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0) Fonte 1.540 (B)	R\$ 59.936,70
Total recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (C) = A + B	R\$ 12.170.639,96
Fundeb - Complementação da União - VAAF - Principal (1.7.5.1.51.0) Fonte 1.541 (D)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAF - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0) Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAF (F) = D + E	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União -VAAT - Principal (1.7.1.5.50.0) Fonte 1.542 (G)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAT - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542 (H)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAT (I) = G +H	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAR - Principal (1.7.1.5.52.0.0). Fonte 1.543 (J)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAR - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543 (K)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAR (L) = J + K	R\$ 0,00
Total Receita Recebida do Fundeb no exercício (M) = (C + F + I + L)	R\$ 12.170.639,96

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Quadro: 8.10 - Despesa do Fundeb

DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fonte 1.540 (A) = B+C+D	R\$ 12.200.952,27	R\$ 12.200.952,27	R\$ 12.023.548,10
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (B)	R\$ 2.001.883,78	R\$ 2.001.883,78	R\$ 1.971.325,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (C)	R\$ 10.199.068,49	R\$ 10.199.068,49	R\$ 10.052.223,10
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (D)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAF. Fonte 1.541 (E) = F+G+H	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (F)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (H)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAT. Fonte 1.542 (I)=J+K+L	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (J)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (K)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (L)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAR. Fonte 1.543 (M)= N+O+P	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (N)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (O)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (P)			
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb do exercício (Q) = A+E+I+M	R\$ 12.200.952,27	R\$ 12.200.952,27	R\$ 12.023.548,10
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fonte 2.540 (R) = S+T+U	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (S)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (T)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23,			



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (U)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Complementação da União - VAAF/VAAT/VAAR. Fontes 2.541 / 2.542 / 2.543 (V) = W+X+Y	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (W)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (X)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12,			



DESCRÍÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (Y)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Superávit Financeiro do Fundeb (Z) = R+V	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Quadro: 8.11 - Indicadores do Fundeb

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 11.921.529,63	R\$ 0,00	R\$ 11.921.529,63	R\$ 12.170.639,96	97,95%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR



Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.13) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)						

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 8.12 - [AUXILIAR] Cálculos - FUNDEB

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (Fonte: 1.540) (A)	R\$ 12.170.639,96
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAF (Fonte: 1.541) (B)	R\$ 0,00
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAT (Fonte: 1.542) (C)	R\$ 0,00
Receita Base - Remuneração dos Profissionais Educação - 70% (Fontes: 1.540, 1.541 e 1.542) (D)=A+B+C	R\$ 12.170.639,96
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAR (Fonte: 1.543) (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Exercício (Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543) (F)= D+E	R\$ 12.170.639,96
Despesas Empenhadas com Recursos do FUNDEB do Exercício (Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543) (G)	R\$ 12.200.952,27
Desp. empenhadas (FUNDEB) em valor superior ao total das receitas recebidas no exercício.(H)=(se (G-F)<=0; 0; G-F)	R\$ 30.312,31

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 8.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 12.170.639,96
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 12.200.952,27
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)	R\$ 30.312,31
Vir. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 1.217.063,99
Vir. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 0,00
Vir. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 0,00
Vir. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-	



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
E<=0; 0; G-E)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 8.14 - [AUXILIAR] - CANCELAMENTO RESTOS A PAGAR MDE COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES - Fontes 500, 502 e 718 (A)	R\$ 362.020,22
CANCELAMENTOS RESTOS A PAGAR MDE - Fontes 500, 502 e 718 (B)	R\$ 30.242,63
CANCELAMENTO RPP MDE INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - Fontes 500, 502 e 718 (C)= se A<=0;0; se(A>B);B;A)	R\$ 30.242,63
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES - Fonte 540 (D)	R\$ 0,00
CANCELAMENTOS RESTOS A PAGAR MDE - Fonte 540 (E)	R\$ 32.178,00
CANCELAMENTO RPP MDE INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - Fonte 540 (F)=se D<=0;0; se (D>E);E;D)	R\$ 0,00

APLIC



Anexo: 9 - SAÚDE

Quadro: 9.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 17.674.515,38
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 378.819,81
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.559.796,13
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 8.500.165,23
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 6.323.080,05
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 55.577,13
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 747.611,92
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 109.465,11
Transferências (II)	R\$ 69.347.894,48
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 23.745.087,45
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.130.026,88
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 2.262.134,27
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 40.487.772,04
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 177.857,63
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 1.545.016,21
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 87.022.409,86
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 13.053.361,47

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro: 9.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 500 e 502. (A)	R\$ 2.786.133,71
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 500 e 502 (B)	R\$ 216.277,83
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 500 e 502 (C)	R\$ 1.131.817,81
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 500 e 502 (D)	R\$ 15.934,51
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função diferente de 10 (E)	R\$ 313.411,68
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (F)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 500 e 502 (G)	R\$ 1.042.780,68
(In)Disponibilidade Caixa Líquida das Fontes 500 e 502 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fontes 500 e 502 e Função 10 (H) = A-B-C-D-E-F-G	R\$ 65.911,20
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (I)	R\$ 28,35
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fontes de Recursos 500 e 502. (J) (Se H<=0, J=I; (Se H>I, J=0, Se não J= I-H))	R\$ 0,00



Quadro: 9.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)

Descrição	Valor executado no Ente (a) (R\$)	Valor executado em Consórcio (b) (R\$)
Despesas empenhada na Função 10. Fontes/destinação de Recursos 500.1002000 e 502.1002000 (A)	R\$ 20.747.365,47	R\$ 0,00
Despesas empenhadas na Função 10. Fontes/destinação de Recursos 500.1002000 e 502.1002000, mas que não se enquadram em ASPS no exercício (B)	R\$ 269.776,94	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira (Conforme Quadro 8.2) (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (D)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal despesas com ASPS empenhada na Função 10. Fontes /destinação de Recursos 500 e 502 (E) = A-B-C+D	R\$ 20.477.588,53	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar de ASPS, inscritos em exercícios anteriores, com Disponibilidade de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fontes/destinação de Recursos 500 e 502 Elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97. (F)	R\$ 28.611,02	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total dos recursos aplicados nas ASPS (H) = ((Ea+Eb) - (Fa+Fb) - (Ga+Gb))	R\$ 20.448.977,51	
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (I)	R\$ 87.022.409,86	
Percentual aplicado nas ASPS (J) = (H/I) %	23,49%	
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (K)	15%	
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (L) = (H-K)	8,49%	
Situação (M)	REGULAR	



Quadro: 9.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



Quadro: 9.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos



Anexo: 10 - PESSOAL

Quadro: 10.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 70.174.786,12	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 59.725.432,30	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 10.449.353,82	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 13.635.146,09	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 3.242.927,49	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 20.754,86	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 10.371.463,74	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 56.539.640,03	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 56.539.640,03	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 10.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 66.280.194,44	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 55.830.840,62	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 10.449.353,82	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 13.524.008,33	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 3.131.789,73	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 20.754,86	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 10.371.463,74	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 52.756.186,11	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 52.756.186,11	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 10.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRÍÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 56.539.640,03	R\$ 52.756.186,11	R\$ 3.783.453,92
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 122.276.301,60		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	46,23%	43,14%	3,09%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art. 20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 10.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 70.174.786,12	R\$ 0,00	R\$ 66.280.194,44	R\$ 0,00	R\$ 3.894.591,68	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 59.725.432,30	R\$ 0,00	R\$ 55.830.840,62	R\$ 0,00	R\$ 3.894.591,68	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 50.573.262,95	R\$ 0,00	R\$ 47.359.778,64	R\$ 0,00	R\$ 3.213.484,31	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 9.152.169,35	R\$ 0,00	R\$ 8.471.061,98	R\$ 0,00	R\$ 681.107,37	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 10.449.353,82	R\$ 0,00	R\$ 10.449.353,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 9.185.345,85	R\$ 0,00	R\$ 9.185.345,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 1.264.007,97	R\$ 0,00	R\$ 1.264.007,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 13.635.146,09	R\$ 0,00	R\$ 13.524.008,33	R\$ 0,00	R\$ 111.137,76	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 3.242.927,49	R\$ 0,00	R\$ 3.131.789,73	R\$ 0,00	R\$ 111.137,76	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de						



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 20.754,86	R\$ 0,00	R\$ 20.754,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 10.371.463,74	R\$ 0,00	R\$ 10.371.463,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 56.539.640,03	R\$ 0,00	R\$ 52.756.186,11	R\$ 0,00	R\$ 3.783.453,92	R\$ 0,00
DTP	R\$ 56.539.640,03		R\$ 52.756.186,11		R\$ 3.783.453,92	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)



Anexo: 11 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro: 11.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 15.277.097,09
Impostos	R\$ 13.570.779,19
IPTU	R\$ 929.957,63
IRRF	R\$ 4.547.410,56
ITBI	R\$ 1.788.798,68
ISSQN	R\$ 6.304.612,32
TAXAS	R\$ 1.706.317,90
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 25.355.353,26
FPM	R\$ 24.202.834,74
Transf. ITR	R\$ 1.152.518,52
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 45.079.476,55
ICMS	R\$ 43.184.302,58
IPVA	R\$ 1.701.240,78
IPI (Exportação)	R\$ 153.720,58
CIDE	R\$ 40.212,61
TOTAL GERAL	R\$ 85.711.926,90
População do Município	17.193
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 5.999.834,88
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 6.024.032,70
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 6.024.032,70

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 11.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 6.024.032,70	R\$ 85.711.926,90	7,02%	7,00%	IRREGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 6.024.032,70	R\$ 85.711.926,90	7,02%	7,00%	IRREGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 3.783.453,92	R\$ 6.024.032,70	62,80%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 3.783.453,92	R\$ 122.276.301,60	3,09%	6%	REGULAR



4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura – Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo – Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)



Anexo: 12 - METAS FISCAIS

Quadro: 12.1 - Resultado Primário e Nominal

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITA ARRECADADA (R\$) (a)	
Receitas Primárias Correntes	R\$ 127.664.825,89	
Receitas Primárias de Capital	R\$ 19.687.510,17	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	R\$ 147.352.336,06	
DESPESA PRIMÁRIA	DESPESA PAGA (R\$) (b)	RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$) (c)
Despesas Primárias Correntes	R\$ 121.322.062,95	R\$ 2.269.035,63
Despesas Primárias de Capital	R\$ 28.962.319,95	R\$ 4.962.321,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	R\$ 150.284.382,90	R\$ 7.231.357,22
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (III)=(I-IIb-IIc)	-R\$ 10.163.404,06	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023 - Valor Corrente	-R\$ 23.243.069,86	
JUROS NOMINAIS	VALOR (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	R\$ 1.769.410,69	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	R\$ 6.100,00	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (VI) = III + (IV - V)	-R\$ 8.400.093,37	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023 - Valor Corrente	-R\$ 22.443.069,86	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Metas Fiscais



Anexo: 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquida (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 107.096.458,90	R\$ 85.559.922,10	R\$ 2.213.364,43	81,95%
2022	R\$ 116.761.418,90	R\$ 115.725.606,39	R\$ 320.776,90	99,38%
2023	R\$ 136.944.894,68	R\$ 132.053.303,15	R\$ 169.222,11	96,55%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos) Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica